

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

V. 5, n.2 jul./dez. 2006



Fas. 57602 Clas. PER  
Arquivo & Administração  
v.5 n.2  
jul./dez. 2006

# arquivo & administração

v. 5, n. 2

jul./dez.2006

- EDITORIAL 3 Paulino Lemes de Sousa Cardoso
- ARTIGOS 5 Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos  
*José Maria Jardim*
- 17 A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais  
*Georgete Medleg Rodrigues*
- 43 Dois aspectos da formação em preservação documental  
*Ingrid Beck*
- 53 Os usuários da informação arquivística  
*Lucia Maria Velloso de Oliveira*

Copyright c 2004 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

**Coordenação e revisão:** Paulino Lemes de Sousa Cardoso

### Catálogo na publicação (CIP)

Arquivo & Administração/Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano 1, n.0 (1972) -  
Rio de Janeiro: AAB, 1972 -

ISSN 0100-2244

R. 57609

### ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

#### Diretoria

*Presidente:* Lucia Maria Velloso de Oliveira  
*Vice-presidente:* Eliana Balbina Flora Sales  
*1º Tesoureiro:* Renata Silva Borges  
*2º Tesoureiro:* Carolina da Conceição Braga Machado  
*1º Secretário:* Laura Regina Xavier  
*2º Secretário:* Isabel Cristina Borges de Oliveira

#### Conselho Editorial

Paulino Lemes de Sousa Cardoso  
José Maria Jardim  
Lucia Maria Velloso de Oliveira  
Maria Odila Fonseca  
Paulo Elian  
Sérgio Conde Albite Silva

## EDITORIAL

A Revista Arquivo & Administração está lançando o seu segundo número do ano de 2006, sempre com temas atuais e originados da discussão acadêmica em torno do campo da Arquivologia Contemporânea.

Os artigos dos professores José Maria Jardim, doutor em Ciência da Informação e professor da Universidade Federal Fluminense, bem como da professora Georgete Medleg Rodrigues, doutora em História pela Université de Paris, Arquivista, Pesquisadora e Gerente Cultural do Arquivo Público do Distrito Federal, foram apresentados no XIV Congresso Brasileiro de Arquivologia, realizado de 23 a 28 de abril de 2006, na cidade do Rio de Janeiro, e que teve como tema "A Arquivologia e a Construção Social do Conhecimento".

O artigo **Dois aspectos da formação em preservação documental**, de Ingrid Beck, museóloga e conservadora, apresenta algumas reflexões que fazem parte da dissertação de mestrado da autora, **O Ensino da Preservação Documental nos Cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: Perspectivas para formar um novo profissional**. A dissertação foi orientada pela Profa. Dra. Maria Odila Fonseca e defendida junto à Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, em abril de 2006.

Lucia Maria Velloso de Oliveira, graduada em História e em Arquivologia, escreveu o artigo **Os usuários da informação arquivística**, tendo como base sua dissertação de mestrado, **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos**. Sua dissertação foi elaborada sob a orientação do professor José Maria Jardim e dentro do programa de pós-graduação em Ciência da Informação, convênio Universidade Federal Fluminense e IBICT. A defesa da dissertação ocorreu em agosto de 2006.

Paulino Lemes de Sousa Cardoso.

## POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS: PRINCÍPIOS, ATORES E PROCESSOS

*José Maria Jardim*

Doutor em Ciência da informação

Professor do Dept. de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense

[jardimbr@gmail.com](mailto:jardimbr@gmail.com)

### RESUMO

O tema políticas públicas arquivísticas vem encontrando um espaço cada vez maior como objeto de pesquisa na Arquivologia. Nesse sentido, o artigo aborda quais seriam as possíveis razões para o crescente interesse pelas políticas públicas de informação e pelas políticas públicas arquivísticas, o território das políticas públicas; as políticas públicas de informação; as políticas públicas arquivísticas; as dimensões técnica e política; e os limites e possibilidades de uma política pública arquivística.

**Palavras-chave:** Política pública; Arquivística; Informação.

### Introdução

Políticas públicas arquivísticas é um tema freqüente num certo discurso oficial presente em vários países, na legislação, nos relatórios, nos planos de trabalho de arquivos públicos, etc. De certa forma, a incidência desse discurso, especialmente nos últimos dez anos, promoveu a naturalização do tema, acirrada por uma escassez de reflexões mais profundas a respeito.

Falamos sobre a necessidade de políticas públicas arquivísticas, procuramos ensinar a respeito, mas encontramos este tema pouco aprofundado na literatura arquivística. Ou então tendemos a reconhecê-lo associado a um conjunto de prescrições que colidem diretamente com a dinâmica do mundo político. Nessas circunstâncias, a política arquivística tende a ser muito mais uma peça de retórica do que uma realidade que se plasma a partir de princípios, ações e atores concretos.

Apesar disso, ainda que timidamente, o tema políticas públicas arquivísticas vem encontrando um espaço cada vez maior como objeto de pesquisa na Arquivologia. A política arquivística, reconhecida na sua complexidade e variadas formas de ser conceituada e operacionalizada, está presente não apenas no cotidiano de nossas instituições e serviços arquivísticos, mas também – e cada vez mais – no ensino, na investigação, nos nossos congressos. E certamente na inquietação das instituições arquivísticas que

procuram novos parâmetros para seus norteamientos políticos em curso ou voltam-se para o tema pela primeira vez.

Quais as possíveis razões para este interesse crescente pelas políticas públicas de informação e, no nosso caso, pelas políticas públicas arquivísticas?

De um lado, como sugere a UNESCO desde os anos 80, o insucesso dos mega-sistemas nacionais de informação. Do outro, a comprovação de que sistemas, programas ou ações informacionais tendem a melhores resultados quando precedidos pela formulação e implementação de políticas informacionais.

Nos anos 90, dois fenômenos talvez tenham contribuído também para uma maior preocupação com as políticas públicas informacionais.

Um deles é a ampliação dos novos modos de produção, conservação e uso da informação sob a crescente utilização das tecnologias da informação e comunicação. Mesmo em países do capitalismo periférico, com maiores dificuldades de acesso às tecnologias da informação e comunicação, há um profundo impacto nas organizações e, é claro, nas administrações públicas. Não por acaso, o tema dos documentos eletrônicos e das novas formas de uso da informação arquivística no ambiente web tem ocupado tanto a agenda arquivística internacional.

Um outro aspecto a influir na ampliação do debate sobre as políticas públicas informacionais refere-se, nos últimos anos, aos novos parâmetros de gestão política e científica da informação mostraram-se necessários. Esses novos delineamentos vêm emergindo, entre outros exemplos, a partir de experiências recentes de governo eletrônico, gestão do conhecimento e gestão da inteligência nas administrações públicas, além das pesquisas acadêmicas sobre o tema.

Um outro aspecto importante nas novas abordagens do tema são as transformações que vêm ocorrendo no Estado, especialmente na América Latina. A partir dos anos 90, vivenciamos o modelo neoliberal como norteador das políticas de diminuição do Estado e de novos métodos de gerenciamento - nem sempre eficientes - das organizações públicas. Esse modelo, caracterizado pela vilanização do Estado e o endeusamento do mercado como regulador das relações sociais, comprometeu fortemente as políticas públicas em geral. Mais recentemente, constatamos o reconhecimento, até mesmo pelos organismos internacionais, que o modelo neoliberal esgotou-se. O que era antes consenso, já não o é mais.

O saldo informacional resultante da privatização de funções, que até então eram consideradas estratégicas nas administrações públicas, ampliou o débito histórico do Estado em relação à sociedade.

Ainda no caso da América Latina, o reencontro com a democracia e discussão do direito à informação favoreceu em alguns casos um debate renovador sobre a função dos arquivos como recurso social. Como tal, as políticas públicas arquivísticas ganharam maior espaço de reflexão e concretização.

Vale lembrar que em diversos outros aspectos da vida social, constata-se recentemente uma maior preocupação com as políticas públicas. Essa tendência reflete a emergência de novos valores na cultura política como a busca pela transparência nas decisões e a maior distinção entre o público e o privado (Melo, 1999).

## O território das políticas públicas

Análise de Políticas Públicas é uma área de conhecimento, de matriz anglo-saxônica e oriunda da Ciência Política, com caráter multidisciplinar. Para Bardach (1998), trata-se de um “conjunto de conhecimentos proporcionado por diversas disciplinas das ciências humanas utilizados para buscar resolver ou analisar problemas concretos em política (policy) pública”.

Segundo Dye (apud Dagnino, 2002), fazer “Análise de Política é descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz... é a descrição e explicação das causas e conseqüências da ação do governo”.

A análise de políticas públicas, conforme Wildavsky (apud Dagnino, 2002), visa “interpretar as causas e conseqüências da ação do governo, em particular, ao voltar sua atenção ao processo de formulação de política”.

As políticas públicas tendem a serem compreendidas como o “Estado em ação”, ou seja, o Estado implantando um projeto de governo. Trata-se de ações procedentes de uma autoridade dotada de poder político e de legitimidade governamental que afeta um ou mais setores da sociedade.

Muller e Surel (2004, p. 11), numa perspectiva cognitiva, entendem a ação do Estado como um “lugar privilegiado” no qual as complexas sociedades modernas “vão colocar o problema crucial de sua relação com o mundo através da construção de paradigmas ou de referenciais”. Os instrumentos que daí derivam favorecem a ação social “e os espaços de sentido no interior das quais os grupos sociais vão interagir”.

Conforme Dagnino (2002), uma política é constituída de um conjunto de medidas concretas que formam a sua “substância” e anuncia claramente seus objetivos e metas. “Normalmente implica em uma série de decisões. Decidir que existe um problema. Decidir que se deve tentar resolver. Decidir a melhor maneira de resolver” (Subirats, J. in Ferri Dura, 2004). Por isso, uma política pública deve ser amplamente identificada enquanto tal e comunicada à sociedade civil.

*A relação entre sociedade e Estado, o grau de distanciamento ou aproximação, as formas de utilização ou não de canais de comunicação entre os diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos – que refletem e incorporam fatores culturais [...] – estabelecem contornos próprios para as políticas pensadas para a sociedade. Indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania. (HOFLING, 2001, p. 39).*

A existência de textos legais que regulem uma atividade governamental não basta para identificarmos uma política pública. Por outro lado, nem sempre um conjunto de projetos, leis e ações que caracterizamos como uma política pública é assim entendida e anunciada pelo governo.

Uma política pública é necessariamente um processo dinâmico sujeito a alterações diversas. Por isso a importância da sua avaliação por distintos atores, de forma a favorecer as inevitáveis modificações que sobre ao longo do tempo.

Dagnino (2002, p. 3) aponta alguns elementos que nos auxiliam compreendermos a amplitude do conceito de políticas públicas:

- 1 - a distinção entre política e decisão: a política é gerada por uma série de interações entre decisões mais ou menos conscientes de diversos atores sociais (e não somente dos tomadores de decisão)
- 2 - a distinção entre política e administração
- 3 - que política envolve tanto intenções quanto comportamentos
- 4 - tanto ação como não-ação
- 5 - que pode determinar impactos não esperados
- 6 - que os propósitos podem ser definidos *ex post*: racionalização
- 7 - que ela é um processo que se estabelece ao longo do tempo
- 8 - que envolve relações intra e inter organizações
- 9 - que é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve múltiplos atores
- 10 - que é definida subjetivamente segundo as visões conceituais adotadas.

Da mesma forma, vale ressaltar alguns pontos destacados por Muller (2004, p. 22):

- . a existência de um conjunto de medidas concretas;
- . a inserção da política pública num um quadro geral de ação, o que significa afirmar que nunca é uma ação isolada;
- . toda política pública possui sempre um público e objetivos definidos.

Algumas políticas são mais explícitas ou latentes ou tomam a forma de uma “não-decisão”. Por isso o estudo de políticas deve deter-se, também, no exame de **não-decisões**.

Em alguns casos, a não-tomada de decisão assume a forma de decisão. Analisando políticas públicas de informação no Brasil, chama-nos a atenção, preliminarmente, a aparente falta de decisão. A “não-decisão”, porém, é um ato de poder. É diferente da decisão que não se toma por falta de poder ou por inércia ou por inépcia.

A análise de políticas tende a ser a ser dividida em três fases sucessivas – **Formulação, Implementação e Avaliação** – que conformam um ciclo que se realimenta.

## Políticas públicas de informação

A literatura voltada aos estudos da informação não dispõe de um quadro conceitual mais denso sobre políticas públicas de informação. Normalmente essa literatura ignora os aspectos teóricos e metodológicos da análise de políticas públicas.

A noção de “política de informação” tende a ser naturalizada e a designar diversas ações e processos do campo informacional: arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica, etc.

Um conjunto de decisões governamentais no campo da informação não resulta necessariamente na constituição de uma política pública de informação. Uma política de informação é mais que a soma de um determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços.

É necessário que se defina o universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela política de informação. Da mesma forma, devem ser previstos os diversos atores do Estado e da sociedade envolvidos na elaboração, implantação, controle e avaliação dessas políticas.

Políticas públicas de informação são norteadas por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução. Podem estar “difusas” no âmbito de outras políticas públicas, mas não implícitas. O Estado democrático é, por princípio, incompatível com políticas públicas de saúde, educação, habitação ou informação, que não sejam explícitas.

Alguns elementos tendem a estar presente nas políticas públicas de informação:

a) O alcance e o conceito de informação identifica a política de informação

b) O alcance de ações da política de informação:

- Ações no Estado
- Ações na Sociedade
- Ações Estado-Sociedade
- Ações Sociedade-Estado

c) O equilíbrio entre atividades normativas e operacionais na sua execução;

d) A relação da política da informação com as demais políticas públicas, ou seja, a sua **transversalidade**:

- Políticas de cultura
- Políticas de saúde
- Políticas de educação
- Políticas de transportes
- Políticas de meio ambiente
- Políticas econômicas, etc.

e) A participação dos diversos atores sociais que são contemplados por essas políticas de informação

## Políticas públicas arquivísticas

De forma sintética, entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

Políticas públicas arquivísticas podem ser setoriais (em função das características de produção dos arquivos, tipologia, utilização, demarcação administrativa, etc.) e podem apresentar uma configuração nacional, regional ou local.

Espera-se, em qualquer circunstância, que apresentem alto grau de transversalidade ou seja, intersecção com outras políticas públicas, tendo em vista a importância da informação para a execução de cada uma delas. Em outras palavras, políticas públicas, nas áreas de saúde, ciência ou habitação, contam - como um dos fatores a influenciar seus resultados - com os diversos impactos das políticas arquivísticas na atuação das organizações governamentais naquelas áreas.

Um aspecto muito freqüente é confundir legislação arquivística com política arquivística.

A legislação arquivística fornece elementos normalizadores à política arquivística, mas não é em si mesma uma política.

Muitas vezes a legislação arquivística tende a ser considerada o marco zero de uma nova era arquivística.

É compreensível tal expectativa já que uma legislação adequadamente concebida pode ser um poderoso instrumento a favor da gestão, uso e preservação dos arquivos.

A viabilidade dessa legislação torna-se comprometida se não for simultaneamente instrumento e objeto de uma política arquivística. Como assinala Couture (1998), "*a existência da lei não garante a sua aplicação... A legislação não pode ser confundida com a ação concreta*".

### *As políticas arquivísticas no quadro das políticas públicas de informação*

Políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões das políticas públicas informacionais. Em função da realidade observada, é possível detectar situações nas quais políticas públicas arquivísticas são concebidas e implementadas - normalmente sem muito sucesso - ignorando-se as demais políticas públicas de informação existentes. Da mesma forma, são freqüentes situações nas quais políticas públicas de informação - muitas vezes em nível nacional - desconhecem por completo as peculiaridades do universo arquivístico. Em alguns casos, por exemplo, políticas arquivísticas e políticas de governo eletrônico são concebidas e desenvolvidas como se pertencessem a universos paralelos. Ambas as

iniciativas perdem com essa ausência de interfaces, especialmente o campo arquivístico, normalmente menos visível que aquele relacionado com as questões inerentes aos projetos de governo eletrônico.

## As dimensões técnica e política

As ações resultantes das decisões que constituem as políticas públicas arquivísticas revestem-se, na maioria dos casos, de um caráter técnico-científico. No entanto, políticas arquivísticas existem para responder a problemas políticos do campo dos arquivos. Isto pressupõe, inicialmente, a necessidade de identificar e analisar estes problemas.

Reconhecê-los exige um conjunto de conhecimentos simultaneamente técnico-científicos e políticos. Assim, a demanda por um plano de classificação de documentos para ampliar a qualidade da gestão de um organismo governamental é um problema político. As decisões de produzir e implantar o plano de classificação de documentos também. Este, porém, é um recurso técnico-científico, referido à teoria arquivística, cuja qualidade na concepção pode comprometer sua aplicabilidade técnica com graves conseqüências políticas. As dimensões política e técnica encontram-se, portanto, visceralmente associadas desde a concepção à execução das suas diversas facetas.

Há freqüentes associações entre as concepções de políticas arquivísticas e sistema nacional (ou local e regional) de arquivos. A Fundación Histórica Tavera recomenda, por exemplo, que países como Chile, Paraguai e Uruguai adotem um "Sistema Nacional de Arquivos que articule e normalize a política arquivística nacional". Sob tal concepção, o sistema é anterior à política e esta é uma instância controlável pelo Sistema. Num plano mais geral, a mesma perspectiva é assumida por Molino ao analisar políticas de informação na América Latina ou no Caribe, ou seja, a compreensão teórica e operacional da política informacional parece inevitavelmente associada, sem justificativa para tal, a uma concepção sistêmica.

Neste sentido, diversas iniciativas têm fracassado porque sistemas arquivísticos são produtos e não causas de políticas arquivísticas. A política arquivística tende, porém, a ser influenciada pelo sistema arquivístico, desde que este efetivamente funcione. O sistema, neste caso, é um modelo de gerenciamento, entre outros que podem ser tomados como ferramenta na condução de políticas arquivísticas. Seja qual for a anatomia do sistema, da rede ou dos programas de ação, sua concepção e operacionalização decorrem da política arquivística.

Levando todos esses aspectos em conta e, sobretudo, tentando transcender a dicotomia entre as dimensões política e técnico-científica, por que políticas públicas arquivísticas exigem tantos esforços na sua formulação, implementação e avaliação?

Alguns aspectos merecem serem contemplados se quisermos nos aproximar de uma resposta a essa questão.

De imediato, um aspecto relevante é a relação Estado e Sociedade no âmbito da qual são concebidas e executadas as políticas públicas. Quando essas políticas envolvem temas cujo alcance social parece mais evidente ao conjunto de atores do Estado e da Sociedade, a tarefa não é menos complexa,

porém parece favorecida pela visibilidade do universo de questões envolvidas. É o caso das políticas públicas de saúde, educação, emprego, etc. No caso das políticas informacionais, o alcance dos intentos de políticas públicas mostra-se visceralmente associado a aspectos tais como:

- o comprometimento do Estado com o uso adequado – em todos os sentidos - da informação pela administração pública e pela sociedade
- as condições da sociedade civil em reconhecer a informação governamental como direito, utilizá-la e gerar novas demandas a partir dessa utilização

Verticalizando essa percepção para o universo arquivístico, alguns obstáculos tendem a serem frequentes:

- o grau de reconhecimento da importância da informação arquivística e das instituições e serviços arquivísticos pelo Estado e a sociedade civil
- a capacidade política e técnico-científica das instituições arquivísticas públicas identificarem e lograrem formular, executar e avaliar políticas públicas arquivísticas.

### Os limites e possibilidades de uma política pública arquivística

Considerando tais aspectos, parece evidente que as políticas públicas arquivísticas pressupõem profundo conhecimento político, gerencial e técnico-científico por parte dos seus formuladores.

Trata-se de um conhecimento que emerge de olhar multidisciplinar, a partir não apenas da Arquivologia, mas também da Análise das Políticas Públicas, da Ciência Política e da Administração. Além disso, requer um conhecimento extensivo da realidade sobre a qual o Estado – na figura das instituições arquivísticas – pretende agir em relação aos arquivos.

Nessa realidade incluem-se as formas de produção, uso e conservação dos arquivos públicos e privados que se inserem no raio de alcance da política buscada, bem como os atores que, no Estado e na sociedade, podem ser tocados direta ou indiretamente por essa política. Por isso, instituições arquivísticas abertas à realidade social que as envolve formam uma condição fundamental para os intentos de políticas arquivísticas.

Do ponto de vista democrático, diversos setores devem estar envolvidos também na formulação, implantação e avaliação das políticas públicas arquivísticas. Supõe-se que mecanismos legais e institucionais sejam forçados e concretizados de forma a garantir a representatividade de agentes do Estado e da Sociedade Civil nesse processo. Prevê-se a presença, nesse processo, de agentes públicos das áreas de ciência, tecnologia, administração, educação e cultura, bem como dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em distintos níveis de governo. Numa cultura política permeada por valores como participação social e transparência a representatividade da sociedade civil deverá ser assegurada, ao menos

quantitativamente, em grau que impeça a hipertrofia a favor do Estado no processo político decisório. Agentes representantes dos diversos tipos de usuários dos arquivos, bem como dos arquivos privados, de instituições de ensino e pesquisa fora do aparelho de Estado e de organizações profissionais arquivísticas devem ter assegurado a sua participação.

Entre o desenho político-jurídico ideal e a sua realização há distâncias maiores ou menores que são identificadas ao longo de tempo. A superação da retórica participativa por uma prática efetiva, capaz de legitimar uma proposta de política arquivística, já é em si um território de ação política. Enfim, se é preciso avaliar frequentemente o alcance das políticas executadas, mostra-se também relevante a análise do processo de formulação das políticas, procurando-se a correção de aspectos que possam comprometê-lo.

Instituições arquivísticas, cujo modelo organizacional ressalta a sua invisibilidade política e social, são incompatíveis com políticas públicas arquivísticas. Isto não significa necessariamente que tais instituições gozem de excelentes condições de infra-estrutura tecnológica, legal, física ou humana. No entanto, é necessário que, mesmo não dispendo do melhor nesse sentido, os arquivos públicos tenham um mínimo de norteamientos políticos e científicos sobre suas funções contemporâneas.

Face ao exposto, ao analisarmos uma política pública arquivística, algumas perguntas fundamentais merecem ser respondidas:

- Existe uma política arquivística?
- Se não existe uma política, por que tal ocorre? Foi formulada, publicizada e não executada? Não foi formulada? Foi anunciada, mas não formulada?
- Se existe uma política arquivística, o que faz a administração pública federal, estadual ou municipal em termos da execução dessa política?
- Quais os atores, do Estado e da sociedade civil, envolvidos na formulação, execução e avaliação dessa política?
- Quais os atores do Estado e da sociedade civil que são objeto da política arquivística?
- Quais são as conseqüências dessa política junto à administração pública e à sociedade?
- Qual a principal autoridade, do Estado, envolvida nessa política?
- Quais as medidas concretas que expressam a política arquivística? Quais e como são comunicados seus objetivos ao conjunto da sociedade?
- Quais as ações potencialmente relacionadas com a política arquivística e que não são objeto de decisões por parte da autoridade governamental?
- Quais os textos legais que constituem referências para essa política? Além do aspecto legal, qual o alcance e repercussões políticas e técnico-científicas desses textos legais?
- Quais os seus impactos esperados e os resultados inesperados?

- Quais os conceitos que norteiam a formulação, execução e avaliação da política arquivística?
- Como a política arquivística expressa transversalidade em relação a outras políticas públicas no campo da informação e de outros setores do Estado?

Essas e outras perguntas, além de várias possibilidades de respostas, sugerem que o debate sobre políticas públicas arquivísticas ainda merece uma maior verticalização seja por parte das instituições arquivísticas ou do mundo acadêmico.

Os atores públicos e privados envolvidos em processos de formulação, execução e avaliação de políticas arquivísticas necessitam ampliar ainda mais o espaço público sobre o tema. Trata-se de uma demanda política e científica que, exercida pelo Estado e a sociedade civil, pode favorecer e ampliar nossas experiências em termos de políticas públicas arquivísticas. O que não podemos, definitivamente, é nos darmos ao luxo de não contarmos com políticas públicas arquivísticas regidas pelos parâmetros políticos e científicos da contemporaneidade na qual os arquivos se inserem (ou deveriam se inserir) como recurso fundamental à construção social do conhecimento.

## Referências

- AMARAL, Ana Maria Barros Maia do. O cenário da política nacional de informação no Brasil. **Sociedade & Informação**. UFPB, v. 1, n. 1, 1991. Disponível em: <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/pdf/IS119106.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2005.
- ARRETICHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev./2003.
- BARDACH, Eugene. Los ocho pasos para el análisis de políticas públicas: un manual para la práctica. México: CIDE, 1998.
- CARIDAD SEBASTIÁN, Mercedes; MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Eva M<sup>a</sup>; RODRÍGUEZ MATEOS, David. La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada: el caso español. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 22-36, maio/ago. 2000.
- CIUDAD POLITICA. **Las políticas públicas**: productos del sistema político. Ciudad Política - Ciencia Política - Praxis Y Ciencia Política, 2005. Disponível em: <http://www.ciudadpolitica.com/13/8/2005%2018:37:27-1>. Acesso em: 25 jan. 2006.
- DAGNINO, Renato et al. Metodologia de análise de políticas públicas. In: \_\_\_\_\_. **Gestão estratégica da inovação**: metodologias para análise e implementação. Taubaté: Editora Cabral Universitária, 2002. Disponível em: <http://www.campus-oei.org/salactsi/index.html>. Acesso em: 25 jan. 2006.
- DURÁ, Jaime Ferri. Políticas públicas. In: Román Reyes (Dir). **Diccionario crítico de ciencias sociales**. Madrid: Pub. Electrónica, Universidad Complutense, 2004. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/eurotheo/diccionario>>. Acesso em: 25 jan. 2006.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003.

FERNÁNDEZ, Ebanislaio de Kostka. Políticas públicas. In: Román Reyes (Dir). **Diccionario crítico de ciencias sociales**. Madrid: Pub. Electrónica, Universidad Complutense, 2004. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/eurotheo/diccionario>>. Acesso em: 25 jan. 2006.

FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA. **Brasil**: primer borrador de relatório sobre la situación del patrimonio documental de América Latina. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, n. 55, nov./2001.

JARDIM, José Maria. Capacidade governativa, informação e governo eletrônico. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, out. 2000.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana. **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

JARDIM, José Maria. **Transparência e opacidade do Estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EDUFF, 1999.

MALIN, Ana Maria Barcelos. **Estado e sociedade da informação no Brasil**: uma investigação sobre o papel da informação na gestão pública. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- PPGCI IBICT-UFRI.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: Miceli, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 59-99.

MOLINO, Enzo (1992). **Políticas de información en América Latina y el Caribe**: estudio en siete países de la región: documento final. Disponível em: <http://www.infolac.ucof.mx/documentos/politicas/27.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2006.

MONTVILOFF, V. **Políticas nacionales de información**: manual sobre la formulación, aprobación, aplicación y funcionamiento de una política nacional sobre la información. París: UNESCO, 1990.

MULLER, Pierre. **Les politiques publiques**. Paris: PUF, 2004.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2004.

REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003.

SENRA, Nelson de Castro. Regime e política de informação estatística. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, jul./set. 2002.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fev. 2003.

TORRES, Pedro Medellín. *La política de las políticas públicas: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad*. Santiago de Chile: CEPAL, Jul./2004.

VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Informação em ciência e tecnologia: políticas, programas e ações governamentais – uma revisão de literatura. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 92-102, set./dez. 2002.

ZIMERMAN, Héctor J. Origen y actualidad de las políticas públicas. *Ciudad Política - Ciencia Política*, 2003. Disponível em: <http://www.ciudadpolitica.com/modules/news/article.php?storyid=225>. Acesso em: 25 jan. 2006.

## A FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA CONTEMPORÂNEO NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: IMPASSES E DESAFIOS ATUAIS.

*Georgete Medleg Rodrigues*

Doutora em História. Professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB).  
georgete@umb.br

### RESUMO

Com base na literatura e em pesquisas empíricas, traça-se o percurso histórico internacional da formação do arquivista, desde o surgimento dos primeiros cursos voltados para essa formação específica, a busca de uma harmonização dos currículos de arquivologia, ciência da informação e biblioteconomia apoiada pela Unesco. Faz uma descrição das disciplinas de formação do arquivista, segundo a literatura especializada em língua inglesa e francesa, e, especificamente, essa formação nos países de língua francesa da Europa e no Canadá, na atualidade. Aborda a formação em arquivística nos Programa de Pós-graduação no Brasil, o seu percurso da graduação à pesquisa e discute as perspectivas da profissão e da disciplina contemporaneamente no Brasil e no mundo.

**Palavras-chave:** Arquivologia - Aspectos históricos; Arquivologia - Brasil; Arquivista; Formação profissional; Pesquisa.

### Introdução

As primeiras escolas de Arquivologia surgem no século XIX na Europa. Dessas escolas, umas têm como eixo um ensino voltado para a erudição histórica, como a École Nationale des Chartes, França, enquanto outras são prioritariamente ligadas à administração dos arquivos estatais, como é o caso das escolas italianas (EVANS, 1988 apud COUTURE, 2000)<sup>1</sup>. No geral, a história domina os currículos dessas escolas e é, portanto, esse modelo de ensino que se expandirá para outros países, incluindo os Estados Unidos (LAJEUNESSE, 1986 e EASTWOOD, 1988 apud COUTURE, 2000). Devemos

<sup>1</sup> No século XIX assiste-se também à criação das seguintes escolas na Europa: 1854 (Escola de Viena, Áustria); 1856 (Escola de Madrid, Espanha); 1857 (Escola de Florença, Itália).

lembrar que esse vínculo estreito entre a história e o ensino de arquivologia é, em certa medida, consequência do forte empirismo, apoiado em fontes documentais, predominante na historiografia do século XIX.

No século XX, sobretudo a partir dos anos 30, assiste-se a inúmeras mudanças econômicas, técnicas e científicas que repercutem na Arquivologia, quais sejam: maior intervenção do Estado resultando numa produção massiva de documentos; aceleração dos desenvolvimentos tecnológicos, desenvolvimento da teoria arquivística e a expansão das atividades dos serviços de arquivo (EVANS, 1988 e DELMAS, 1988a apud COUTURE 2000). Os fundamentos da Arquivologia tradicional ampliam-se e tem-se, agora, uma formação dita “multifuncional” (MENNE-HARITZ, 1992 apud COUTURE, 2000). A partir dos anos 1940, - em função da realidade descrita anteriormente - tem início um questionamento sobre o lugar da história na formação dos arquivistas. Em 1975, Hugh Taylor desenvolve o seu conceito de “abordagem contextual”, o qual requer do arquivista um saber histórico específico<sup>2</sup>; em 1993, um grupo de estudos questiona-se sobre o papel do conhecimento histórico na formação arquivística (NESMITH, 1992 e HAM, 1993 apud COUTURE, 2000). Um debate sobre a formação de um “arquivista-historiador” ou um “arquivista profissional da informação” começa a delinear-se. Na verdade, três disciplinas apresentam-se, então, como responsáveis pela formação de profissionais da informação: Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. A Unesco entra em cena, na década de 1970, no sentido de buscar uma harmonização das três formações.

De fato, em 1974, a Unesco, com o apoio do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), da Federação Internacional de Informação e documentação (FID) e da Federação Internacional das Associações de bibliotecários e de bibliotecas (IFLA), patrocinaria inúmeros encontros e estudos com o objetivo de estabelecer princípios que orientassem um conceito de harmonização e orientasse estratégias que favorecessem sua implementação (COOK, 1986; BOWDON, 1987; TEES, 1988 apud COUTURE 2000). Esse movimento culminaria com o Colóquio de Londres, em 1987, organizado pelas instituições citadas acima, tendo como tema a questão da harmonização das três formações.

Paralelamente, uma formação específica é harmonizada dos arquivistas começaria a ser objeto de preocupação da Unesco nos anos 1970. Com a finalidade de entender esse processo, examinamos os estudos publicados pela Unesco no âmbito do *Programme général d'information* (PGI). Isso nos mostrou que, desde o final dos anos 1970, aquela organização internacional preocupava-se com o tipo de formação desses profissionais. O britânico Michael Cook (1979) e o francês Bruno Delmas (1979) - este último professor na École Nationale des Chartes - foram os autores pioneiros nesse sentido. Em 1980, a Unesco, finalmente, lançaria um relatório de síntese sobre a harmonização da formação dos arquivistas (UNESCO,

<sup>2</sup> Esse conceito é recuperado em NESMITH, Tom. Hugh Taylor's contextual idea for archives and the foundation of graduate education in archival studies. In: CRAIG, Barbara L., éditeur. *The archival imagination: essays in honour of Hugh A. Taylor*. Ottawa: Association of Canadian Archivists, 1992b. p. 13-37.

1980). Entretanto, no bojo do movimento em torno da harmonização da formação envolvendo as três áreas citadas, a Unesco patrocinaria, a partir de meados dos anos 1980, estudos sobre a aproximação entre os arquivistas e outros profissionais da informação. É nesse contexto que são publicados, sob os auspícios da Unesco, em 1985, dois dos mais importantes estudos sobre o tema: o de Aurélio Tanodi (1985) para a América Latina e o de Jacques d'Orleans (1985), para a África.

Em 1988, como consequência dos estudos anteriores, a Unesco finalmente publicaria - sempre no âmbito do PGI - uma espécie de manual de orientação para o ensino de Biblioteconomia, de Ciências da Informação e de Arquivologia. De autoria de France Fontaine e Paulette Bernhard<sup>3</sup>, o estudo - intitulado *Principes directeurs pour la rédaction d'objectifs d'apprentissage en bibliothéconomie, en sciences de l'information et en archivistique* (Princípios diretores para a redação de objetivos de ensino de Biblioteconomia, de Ciências da Informação e de Arquivologia) - foi produzido no quadro de um acordo entre a Unesco e o Serviço Pedagógico da Universidade de Montreal (FONTAINE; BERNHARD, 1988). No prefácio da obra é possível vislumbrar, na perspectiva da Unesco, a possibilidade de formação de “especialistas da informação”:

*Sabe-se que a prática profissional em Arquivologia, em Ciências da Informação e em Biblioteconomia evolui rapidamente e as novas especialidades que devem ser doravante ensinadas se multiplicam (...). É para facilitar a introdução desses domínios que esta série propõe e continuará a propor títulos sobre temas especializados da formação dos especialistas da informação (FONTAINE; BERNHARD, 1988, p. i, tradução e grifos nossos).*

O firme engajamento da Unesco na aproximação entre as três áreas é anunciado também no prefácio da referida obra:

*A única orientação importante que será mantida em todas as obras da série diz respeito à harmonização da formação. Isso significa que na medida do possível, a formação dos arquivistas, dos bibliotecários e dos especialistas da informação deve ser concebida de maneira concertada pelas diferentes instâncias encarregadas dessa formação. As razões teóricas e as vantagens práticas dessa abordagem foram estudadas e reconhecidas não apenas durante os trabalhos empreendidos pela Unesco, mas igualmente pelas organizações não governamentais como a IFLA, a FID e o CIA (FONTAINE; BERNHARD, 1988, p. ii, tradução e grifos nossos).*

<sup>3</sup> A primeira, docente da Escola de Biblioteconomia e Ciências da Informação da Universidade de Montreal e a segunda, conselheira pedagógica da mesma universidade.

<sup>4</sup> Assim mesmo, no plural.

Couture (2000) - com base em estudos de Lajeunesse (1986), Couture (1988) Unesco (1984), Blouin (1986), Warner (1986) e Saunders (1987) sobre o movimento de harmonização da formação das três áreas - sintetiza assim os rumos dos debates:

*Nessa data [anos 1980] certas noções teóricas são consenso. A concepção integrada da Arquivística defendida pela Unesco é, geralmente, admitida, assim como o princípio de inscrever a Arquivística no domínio das disciplinas da informação. O conjunto dessas disciplinas enfrenta, de fato, os mesmos problemas: aumento do volume de material a tratar, diversificação dos usuários, adaptação às mesmas novas tecnologias e o número restrito de profissionais. A harmonização das formações permitiria, então, evitar a duplicação dos recursos e das infra-estruturas. (COUTURE, 2000).*

Apesar desse aparente consenso, o pesquisador canadense nos lembra que autores como Michael Cook, um defensor da harmonização, mostrava-se, à época, reticente sobre o verdadeiro alcance desse movimento. “O respeito à especificidade das profissões, a inevitável resistência à mudança e a adaptação às condições históricas e sociais nacionais” seriam, dentre outros aspectos, barreiras à aplicação “cega” do conceito de harmonização. (COOK, 1986; SAUNDERS, 1987; COURRIER, 1988 apud COUTURE, 2000). Entretanto, independentemente dessas reticências, prossegue Couture, organizações e pessoas envolvidas no movimento pela harmonização elaboram uma lista das disciplinas curriculares que poderiam se constituir num tronco comum das três formações. Inicialmente, foram definidas, no âmbito da Unesco, três disciplinas curriculares comuns às três: gestão, tecnologia e estudos de usuários, às quais seriam acrescentadas, nos anos seguintes, dentre outras: conservação/preservação, análise documental, metodologia da pesquisa e uso da informação (LAJEUNESSE, 1986; WARNER, 1986; UNESCO, 1987; VALLEJO, 1987; COURRIER, 1988 apud COUTURE, 2000). Ao final da década de 1980, continua Couture, obtém-se um consenso sobre as disciplinas curriculares – e os seus respectivos conteúdos - do tronco comum das três formações, reconhecendo-se, contudo, que a “importância relativa das matérias e o nível de aprofundamento de seu estudo deveria variar segundo a especificidade de cada disciplina” (TEES, 1987; SAUNDERS, 1987 apud COUTURE, 2000).

Em termos práticos, observa Couture, somente duas escolas adotaram o modelo de formação harmonizada: uma no Senegal e outra em Gana. Aparentemente, o debate produzira muitos frutos, mas apenas no nível das proposições teóricas. Isso ficaria evidente, prossegue o autor, no XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em Montreal, Canadá, em 1992. Um trabalho apresentado por Menne-Haritz (1992 apud COUTURE, 2000) demonstra que “o movimento pela harmonização das três formações se enfraquecia em função de uma busca pela identidade profissional específica da Arquivística”. Nessa direção, Schaeffer (1994 apud COUTURE, 2000) argumentaria que somente depois que a “base teórica da Arquivística fosse definida é que a formação acadêmica poderia se integrar judiciosamente às outras disciplinas da informação”. Outros autores, por outro lado, defendiam uma abordagem convergente das disciplinas da informação e, nesse caso, a formação passaria por uma base teórica comum a todas, cuja

pedra de toque seria o conceito abrangente de informação tal como desenvolvido, dentre outros, por Paul Otlet (DESCHATELETS, 1995; PEMBERTON, 1995; PIGGOTT, 1995 apud COUTURE, 2000).

### **As disciplinas formativas do arquivista segundo a literatura especializada em língua inglesa e francesa**

Num estudo desenvolvido por nós no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação científica (PIBIC) – cujos resultados foram apresentados no V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) e publicado nos Anais do referido congresso (SOUSA; RODRIGUES, 2003) – buscamos identificar os conteúdos curriculares e as definições dos papéis e funções da profissão de arquivista na literatura em língua inglesa e francesa no período compreendido entre 1960 e 2000<sup>5</sup>. Nessa pesquisa, partia-se da premissa segundo a qual uma mudança radical vinha ocorrendo quanto às exigências informacionais da sociedade contemporânea, seja no âmbito de empresas e instituições públicas ou privadas ou simplesmente dos cidadãos e que, conseqüentemente, essas mudanças teriam repercussão nos tipos de funções e atividades exigidas dos profissionais da área de informação, particularmente dos arquivistas. Havia também o pressuposto de que as novas necessidades de tratamento, recuperação e disseminação das informações teriam implicações nos conteúdos curriculares e, até mesmo, na definição e objetivos da Arquivologia, tanto no seu campo teórico como prático.

A bibliografia analisada foi considerada qualitativamente relevante por trazer uma série de valiosas reflexões acerca da profissão de arquivista nos países desenvolvidos, bem como as reflexões de organismos internacionais (Conselho Internacional de Arquivos e UNESCO). Por outro lado, convém esclarecer que grande parte dos periódicos pesquisados tem como origem a Sociedade dos Arquivistas dos Estados Unidos.

Dos textos inicialmente levantados (132), foram selecionados 32 textos agrupados conforme os países e instituições internacionais (UNESCO e Conselho Internacional de Arquivos - CIA) e as décadas de publicação. Optou-se por dividir os quadros dos EUA em arquivista e *records manager* tendo em vista as especificidades da profissão naquele país. Nos EUA, existe a profissão de arquivista (*archivist*) e a de *records manager*, sendo que as duas profissões têm o mesmo objeto de estudo (os arquivos) com a diferença de que a primeira trata dos arquivos na fase permanente e a segunda, dos arquivos na fase corrente e intermediária. A maioria dos textos consultados origina-se, portanto, dos Estados Unidos e concentra-se na década de 1980. O Conselho Internacional de Arquivos/UNESCO vem logo em seguida, com 12,50%, o Canadá com 9,37% e o Reino Unido com 6,25%. Em termos de tipos de publicação, tem-se que 56% dos textos foram publicados em periódicos (90% desses periódicos pertencem à Sociedade dos Arquivistas

<sup>5</sup> Os quadros detalhados com os resultados da pesquisa encontram-se em Sousa e Rodrigues (2003).

dos Estados Unidos), 22% em livros; as teses e as publicações da UNESCO tiveram participação de 12,50% da amostra.

Os resultados da década de 1960, para as publicações dos Estados Unidos, apontaram para o seguinte: as funções delineadas são de caráter técnico, englobam um conjunto de habilidades intelectuais gerais (gosto pelo detalhe, senso de ordenamento, gosto pela precisão, pensamento analítico, dentre outras). Dentre as habilidades tratadas, citam-se o atendimento ao usuário, a criação de instrumentos de pesquisa, as operações técnicas (remoção de clips, alfinetes, grampos e adesivos), as operações de arquivamento e acompanhamento de trâmite, a verificação das características diplomáticas dos documentos. Não há propostas de disciplinas para a formação do arquivista. Em relação às publicações da UNESCO/ CIA, aparecem como funções o tratamento das massas documentais, a conservação das fontes históricas, o acesso e a conservação dos documentos do país. As disciplinas tratam da formação cultural, o estudo da história, o trabalho prático, o estudo da teoria arquivística e a restauração e conservação dos documentos.

Para a década de 1970, os resultados apresentaram-se da seguinte maneira:

a) **EUA:** as funções tratadas relacionam-se às atividades arquivísticas típicas (classificação, avaliação, preservação, acesso, custódia), ao atendimento ao usuário, à realização de exposições e de publicações. As disciplinas recomendadas não chegam a ter diferenças significativas daquelas que, tradicionalmente, fazem parte do currículo do arquivista.

b) **França:** o perfil que se delinea é resultado de uma formação altamente erudita. As disciplinas tratam dos diversos níveis de estudo da história (regional, local e nacional) e suas ciências auxiliares (inclusive com o estudo do latim e do latim medieval), a teoria e técnica arquivísticas, a arqueologia, a legislação arquivística e o trabalho com material audiovisual. Ressalte-se que, neste caso específico, trata-se da formação clássica na École Nationale des Chartes.

Para a década de 1980, o quadro configurava-se da seguinte maneira:

a) **EUA:** a maioria (61,90%) dos textos concentra-se nessa década. Analisando-se as disciplinas recomendadas pelos especialistas, verifica-se a predominância das funções voltadas para o atendimento ao usuário de arquivos, para a pesquisa e para a gestão de recursos humanos e materiais. As disciplinas recomendadas seguem essa tendência, inclusive com a orientação de se incluir uma disciplina voltada exclusivamente para o atendimento de genealogistas. A novidade fica por conta da pesquisa *on-line* (o que indica o interesse despertado pela *Internet*). Os títulos dos artigos indicam o interesse pelo debate sobre a teoria arquivística, a importância

da pesquisa nos arquivos, os problemas relacionados com o direito autorial, o papel das associações profissionais e a formação do arquivista. Quanto aos textos que tratam da profissão de *records manager*, verifica-se a preocupação com a gestão e recuperação de documentos e a gestão de equipamentos e de tecnologia. Os textos não propõem novos papéis para o *records manager* subtendendo-se que a profissão está mais consolidada se comparada à de arquivista.

b) **UNESCO/ CIA:** semelhantemente ao que acontece com as publicações originárias dos EUA, a maioria dos textos concentra-se nessa década (75%), mas tratam mais especificamente da profissão de arquivista. De todos os textos estudados, o de Michael Cook, encomendado pela UNESCO/ CIA (*Guidelines for curriculum*, 1982), é o único que apresenta um currículo global para a formação de arquivistas e do *records manager*. O autor não faz uma separação rígida entre as funções de arquivista e de *records manager*, critica a existência de duas profissões que tratam do mesmo objeto (os arquivos) e propõe a fusão das duas profissões em uma só. Uma das disciplinas propostas e que merece destaque é a “ciência da informação” o que demonstra a preocupação de Cook em incluir a Arquivologia no rol das Ciências da Informação. As outras disciplinas sugeridas nos demais textos também destacam a necessidade da pesquisa, introduz o controle de qualidade nos arquivos e traz preocupações com a gestão dos documentos eletrônicos e o uso de sistemas automatizados de recuperação da informação. As disciplinas relacionadas à ética profissional são bastante recomendadas. O estudo da História em vários níveis (regional, local e nacional) e tipos (história administrativa) é objeto de preocupação dos especialistas bem como as disciplinas voltadas para o atendimento ao usuário. Verifica-se a preocupação com o estudo das fontes orais de informação e com os direitos, a preservação da memória nacional ou institucional; a proteção aos direitos, a posse da terra e a delimitação das fronteiras.

c) **Reino Unido:** as disciplinas tradicionais do currículo de arquivista são basicamente as mesmas sugeridas nos EUA e pela UNESCO/ CIA. Destacam-se as disciplinas relacionadas às técnicas de exposição e ao estudo de usuários. A recomendação de novas disciplinas limita-se àquelas relativas ao *marketing*, o que pode sugerir o interesse em se divulgar os serviços arquivísticos e o profissional de arquivos.

Quanto aos resultados para a década de 1990, obteve-se o seguinte:

a) **EUA:** as preocupações fundamentais são a busca de uma garantia da autenticidade dos documentos de arquivo que possibilitem determinar quais atividades organizacionais serão documentadas; garantam a criação e a retenção de documentos autênticos e providenciem seu uso, possibilitem o acesso e criem meios alternativos para a conservação de documentos. As

disciplinas recomendadas focalizam a operacionalização de um conjunto de regras e procedimentos que visam a manter a capacidade de o documento servir de prova de ações e garantia de direitos. Assim, o arquivista deve criar um conjunto de regras para a criação de documentos e estabelecer as atividades da organização que serão documentadas. Além disso, recomenda que o arquivista deve prestar assessoria às organizações no que diz respeito à adoção de políticas de segurança na criação de documentos de arquivo. Outras disciplinas tratam dos dados comunicados nas redes e da necessidade de se criarem regras para o arquivamento ou retenção automáticos desses dados. Há uma inovação quanto à função “descrição” uma vez que se recomenda a descrição das atividades geradoras e não apenas dos documentos resultantes. O atendimento ao usuário completa-se com o papel proposto ao arquivista de criar serviços de *fax* e de *sites de ftp* que possam entregar os documentos eletronicamente ao usuário conforme suas necessidades. Procura-se, nesse contexto, entender os diversos usos dos arquivos para facilitar a produção dos instrumentos de pesquisa. A produção de metadados é uma das disciplinas citadas para facilitar o acesso.

b) **Canadá:** a disciplina ciência da informação faz parte dos currículos de formação, a influência das tecnologias da informação faz-se sentir nas práticas arquivísticas e as disciplinas da história continuam a fazer parte do currículo. O perfil delineado indica um arquivista preocupado em integrar o valor primário e o valor secundário dos documentos de arquivo e capaz de intervir em todos os estágios do ciclo de vida documental. A avaliação da informação continua sendo uma preocupação, incluindo-se a avaliação da informação administrativa.

Quanto aos resultados relacionados à bibliografia produzida no ano de 2000, obteve-se o seguinte quadro:

a) **EUA:** não há recomendações para uma formação futura para os profissionais de arquivo. Os textos limitam-se a descrever as disciplinas que tradicionalmente fazem parte do currículo: As disciplinas citadas mostram um profissional voltado para os métodos de preservação e conservação de documentos de arquivo, os métodos de arquivamento, o uso do computador como instrumento de trabalho, a avaliação, o desenvolvimento de coleções e a gestão de documentos de arquivo. Além disso, o profissional é treinado para enfrentar desastres que possam afetar o acervo.

b) **Canadá:** há indicações de um interesse crescente em se discutir a ciência e o profissional de Arquivologia. O perfil definido mostra um profissional que preserva o autêntico registro da memória da sociedade, serve de mediador entre o criador e o pesquisador de documentos de arquivo, administra pessoas e recursos de todos os tipos — tais como restauradores, estatísticos e projetores de bancos de dados — e preserva os documentos de arquivo autênticos para as

próximas gerações. Além dessa formação acadêmica, delinea-se que o arquivista deva ser neutro e objetivo, não aderindo a qualquer ideologia ou a quaisquer interesses pessoais.

## O quadro atual da formação nos países de língua francesa da Europa e no Canadá

Nesta seção, apresentaremos um panorama de uma pesquisa ainda em fase de levantamento. Buscamos traçar um panorama de como se encontra distribuída, atualmente, a formação do arquivista, em nível universitário, na Europa de língua francesa e no Canadá e quais são as suas características principais. Esse recorte — ainda preliminar — é parte de uma pesquisa maior sobre a constituição da Arquivologia como disciplina científica que inclui a sua institucionalização na Academia, portanto a formação acadêmica. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em língua francesa, selecionando as indicações de instituições de ensino e um levantamento na Internet utilizando como descritores os termos *archivistique, enseignement, formation, universités; archival science; archival training; archivist; universities*. Para o levantamento das informações sobre as universidades de língua inglesa do Canadá, utilizamos também dados da Associação dos Arquivistas do Quebec. Os resultados foram sintetizados em quadros<sup>6</sup>, com a seguinte estrutura: país, universidade/outros (para contemplar a formação que se dá numa parceria entre a universidade e associações de classe, por exemplo), data de criação do curso, unidade acadêmica de vinculação, duração do curso, tipo de diploma oferecido, características do curso (projeto pedagógico, objetivos, etc.).

Pode-se constatar, com base no levantamento, que, hoje, a formação em arquivística na França, Bélgica, Suíça e Canadá é uma responsabilidade das universidades, seja em nível de especialização ou de ensino profissionalizante. Em termos de uma formação voltada mais para a pesquisa, tem-se, tanto na França, como no Canadá, a possibilidade de se desenvolver um mestrado e/ou doutorado com temas arquivísticos. Observa-se uma forte influência das associações de arquivistas nacionais no sentido de incentivar uma formação nas universidades; seja de forma isolada ou em parceria com as próprias associações.

## A configuração da pesquisa em Arquivística no plano internacional<sup>7</sup>

Um dos estudos mais importantes sobre o estado atual da pesquisa em Arquivística no mundo é o dos professores e pesquisadores canadenses Couture, Martineau e Ducharme (1999), da Universidade de Montreal. O programa de pesquisa — financiado pelo *Conseil National de Recherche en Sciences*

<sup>6</sup>Por questão de espaço, os quadros não são apresentados neste texto.

<sup>7</sup>O conteúdo desta seção e das duas seguintes encontra-se mais detalhado em RODRIGUES e MARQUES, Angelica Alves da Cunha (2005); RODRIGUES e ALVES (2003a e 2003b).

*Humaines du Canada* (CRSHC) - tinha, na verdade, como objetivo geral, traçar um amplo panorama da Arquivística no mundo, estruturado em três etapas, executadas em tempos diferentes: legislação e políticas nacionais arquivísticas, realizada entre 1988 e 1991; os princípios e as funções arquivísticas, ou seja, os fundamentos da disciplina, de 1991 a 1994 e, de 1994 a 2000, foi realizado um estudo sobre a situação do ensino e da pesquisa em arquivística (COUTURE, 2001-2002). Uma parte importante da pesquisa consistiu numa revisão da literatura com o objetivo de mapear o estado da arte sobre o tema da “pesquisa em arquivística”.

Das conclusões anunciadas - tanto na obra traduzida no Brasil, em 1999 (COUTURE; DUCHARME; MARTINEAU) - quanto no artigo de Couture (2001-2002), destacaremos alguns aspectos relacionados especificamente à pesquisa em Arquivística. O primeiro diz respeito à importância atribuída à pesquisa pela maioria dos autores referenciados:

*A pesquisa em arquivística se desenvolve pouco a pouco, ao modo da disciplina. A maior parte dos autores está de acordo para afirmar que ela é essencial ao seu desenvolvimento. [...] demo-nos conta da importância que se reveste a formação e a pesquisa para a arquivística contemporânea* (COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 71-72).

Dois outros aspectos, bastante interessantes, apontados no artigo de síntese de Couture (2001-2002) sinalizam para dois problemas que, parece-nos, estão bem próximos da realidade brasileira, isto é, a deficiência numérica de pesquisadores, além da natureza ainda marginal das atividades de pesquisa e das dificuldades de se obter financiamento institucional para desenvolver pesquisas:

*Do ponto de vista da pesquisa, a ameaça é igualmente de ordem quantitativa. O leque de temas a ser estudado é de tal monta que um número restrito de pesquisadores trabalha sobre cada um deles. A isso se acrescentam outros fatores de precariedade, tais como a natureza marginal das atividades de pesquisa e as dificuldades de seu financiamento.* (COUTURE, 2001-2002, p. 43-44, tradução nossa).

Outro estudo que deve ser destacado, pois também buscou compreender o desenvolvimento da Arquivística no âmbito acadêmico, na Espanha, é o de Bonal Zazo (2003)<sup>8</sup>. Embora com objetivos mais limitados que os de Couture e sua equipe, esse trabalho é interessante porque buscou “identificar as universidades espanholas mais produtivas na área, os principais temas de interesse de pesquisa e a evolução cronológica da produção” (p. 351, tradução nossa). Algumas de suas conclusões, como veremos a seguir, vão ao encontro de algumas de nossas hipóteses com relação a algumas características da disciplina arquivística no Brasil. Bonal Zazo parte do pressuposto de que a Arquivística, como disciplina científica, sofreu uma transformação radical na Espanha nos últimos anos e ocupa, naquele país, um lugar “adequado” no cenário nacional das ciências da documentação. O autor atribui essa situação favorável a alguns fatores,

<sup>8</sup> Trabalho apresentado no *Primer Congreso Universitario de Ciencias de la Documentación*, Espanha, 2003.

tais como: legislação dos arquivos, desde 1985; o elevado grau de associativismo profissional, com o surgimento, em meados dos anos 1980, início dos 90, de novas associações; a constituição de inúmeros grupos de trabalho. Mas, destaca, foi a introdução da disciplina no meio acadêmico, no início dos anos 1980, no contexto dos estudos universitários de Biblioteconomia e Documentação que, de fato, propiciou o seu desenvolvimento (BONAL ZAZO, 2003, p. 351).<sup>9</sup> Os estudos arquivísticos, na Espanha, estão, na verdade, distribuídos entre várias universidades, mas ainda sem diploma específico em nível de graduação (RODRÍGUEZ BARREDO, 2001; VERHELST; SCHEELINGS, 2000).

Dentre as conclusões do estudo de Bonal Zazo, dois aspectos se destacam. Um deles, relacionado diretamente à natureza das pesquisas desenvolvidas em Arquivística nas universidades espanholas; o outro, diz respeito às diferenças de enfoque dos trabalhos originados nas universidades e aqueles cuja origem encontra-se no meio profissional. Quanto ao primeiro aspecto, o autor constatou que há uma predominância da multidisciplinaridade nesses estudos. Segundo ele, a maioria das pesquisas produzidas nas universidades procede do campo das humanidades e são também inúmeros os estudos procedentes de disciplinas como o direito, a informática e as ciências da informação, dentre outras. Uma segunda característica geral desses trabalhos acadêmicos é a presença de uma diversidade de metodologias de pesquisa e de enfoques de análise. O autor conclui ser isso resultante do caráter multidisciplinar da disciplina. Em relação aos artigos publicados por profissionais fora das universidades, ele constata que estes últimos estão mais preocupados com questões pontuais e técnicas.

Em linhas gerais, há, segundo Bonal Zazo, uma:

*[...] notável diferença de interesse entre os temas de pesquisa universitários e os realizados por profissionais: enquanto os primeiros se orientam para questões teóricas relacionadas, sobretudo, com o estudo do patrimônio documental, os segundos centram sua atenção no estudo de temas de caráter prático, relacionados com o desenvolvimento do exercício profissional.* (BONAL ZAZO, 2003, p. 358, tradução nossa).

## O percurso da formação em Arquivologia no Brasil: da graduação à pesquisa

A formação de nível superior em Arquivologia, no Brasil, ocorreu na década de 70 do século XX<sup>10</sup>, quando da criação dos primeiros cursos de graduação nas universidades públicas: em 1977, na Universidade Federal de Santa Maria e na Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO e, em 1979, na Universidade Federal Fluminense - UFF. Além disso, é naquela década que o movimento associativo congregando os profissionais da área tem início, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros,

<sup>9</sup> O autor observa, contudo, que antes da introdução da Arquivística como disciplina, algumas universidades espanholas já haviam incorporado estudos relacionados com os arquivos e a Arquivística.

<sup>10</sup> Segundo Britto (apud JARDIM e FONSECA, 1999, p. 53) e Castro, Castro e Gasparian

em 20 de outubro de 1971 (BOTTINO, 1994, p. 12). No início dos anos 2000, o Brasil já contabilizava nove cursos de graduação em Arquivologia (RODRIGUES; MARQUES, 2005).

Até a criação dos cursos de graduação em Arquivologia, as reflexões sobre a área originavam-se basicamente nas instituições arquivísticas e estavam estreitamente vinculadas às necessidades de resolução dos problemas que se impunham no cotidiano dessas instituições quanto ao tratamento dos seus acervos arquivísticos. Nesse aspecto, o Arquivo Nacional desempenhou um papel fundamental: formou técnicos de alto nível, produziu uma bibliografia técnica importante; traduziu e divulgou autores essenciais para a Arquivologia<sup>11</sup>. Entretanto, como destacado por Rousseau e Couture (1998, p. 257), a formação e a pesquisa em Arquivística não é a finalidade dos Arquivos Nacionais. À semelhança de outras disciplinas, prosseguem os autores, é essencial que tanto a formação quanto a pesquisa em Arquivística devam ser confiadas “às instituições que são as únicas a dispor de experiência, dos instrumentos e da credibilidade social para o fazerem, isto é, os estabelecimentos de ensino superior, universidades ou instituições do mesmo tipo, conforme os países”. Da mesma forma, ponderam os autores, essas não são tarefas das associações profissionais. Pelo menos não isoladamente, acrescentaríamos.

As raízes essencialmente práticas da disciplina, mesmo no plano internacional, como alguns autores já demonstraram (ROUSSEAU; COUTURE, 1998; SILVA et al, 1999), pode ser uma das razões que, no caso brasileiro, explicaria o fato de a pesquisa em Arquivística ainda ser pouco desenvolvida. Por outro lado, a criação e a ampliação dos cursos de graduação em Arquivologia são um dos fatores que podem explicar a existência, sobretudo a partir dos anos 1990, de pesquisas na área, pela presença de, por exemplo, professores dos Cursos de Arquivologia nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação. Os profissionais com graduação em outras disciplinas (história, na sua grande maioria) e com destacada atuação na prática arquivística, também se sentiram motivados a aprofundar suas experiências na Academia, agora na Pós-graduação. O documento *Avaliação & Perspectivas*<sup>12</sup> (CNPq, 1978, p. 57) já constatava:

*Reconhece-se, porém, que o desenvolvimento da pós-graduação está diretamente ligado ao ensino da graduação, pois é a necessidade de formação de docentes qualificados em nível*

(1988, p. 47), em 1972, o então Conselho Federal de Educação concedeu às universidades brasileiras o poder de organizar programas de graduação em Arquivologia, por meio do Decreto nº 212, de 7 de março, que sugere a criação de uma Escola Superior de Arquivo.

<sup>11</sup> Dois dos mais importantes pesquisadores brasileiros da área têm sua origem profissional no Arquivo Nacional e fazem atualmente parte do corpo docente do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFF.

<sup>12</sup> Trata-se de um documento publicado pelo CNPq, resultado da avaliação de grupos de trabalhos compostos de especialistas das diversas áreas do conhecimento. Todas as citações às quais nos referimos aqui estão no capítulo “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia” (CNPq, 1978, p. 46-67). Participaram da elaboração do documento os seguintes especialistas: Abigail de Oliveira Carvalho (Coordenadora, CNPq), Afrânio Carvalho Aguiar

*de mestrado que tem atuado, principalmente, como motivação para criação dos cursos de pós-graduação.*

E, mais adiante, o documento ressaltava que:

*Entre os obstáculos à pesquisa e ao desenvolvimento destaca-se a carência de recursos humanos especializados, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade (...). No caso da Arquivologia, o quadro é muito mais grave, pois somente agora se inicia o processo de implantação dos cursos de graduação em instituições universitárias. (CNPq, 1978, p. 63, grifos nossos).*

O mesmo estudo, nas suas recomendações finais, indicava a necessidade de se implantar programas de doutoramento que atraíssem candidatos com “graduação diversificada”, mas que tivessem “condições e interesse em voltar-se para pesquisa em Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação” (CNPq, 1978, p. 66). Gostaríamos, ainda, de destacar que essas recomendações alertavam, também, para a necessidade de se “desenvolver um projeto específico para formação de mestres e doutores em Arquivologia” (p. 66). Em outro volume de *Avaliação & Perspectivas* (CNPq, 1983), novo Grupo de Trabalho<sup>13</sup> traçou o percurso e tentou esboçar um retrato das Ciências da Informação no Brasil. Num intervalo de cinco anos desde a publicação da primeira avaliação das áreas, novamente, no que diz respeito a Arquivologia, ressaltou-se a baixa formação de especialistas no âmbito da pós-graduação e pesquisa.

Assim, do que foi dito anteriormente, pode-se observar que os diagnósticos apontam para um vínculo entre a graduação e a pós-graduação, fato que gostaríamos de destacar no caso particular da Arquivologia. Então, a criação dos cursos de graduação talvez seja o grande marco definidor dos rumos da pesquisa em Arquivística no País. Ou, segundo Garon (1990, apud COUTURE; MARTINEAU; DUCHARME, 1999, p. 51) isso propiciou a emergência de uma “cultura de pesquisa” na área. De

(Programa de Informação em Ciência e Tecnologia - Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais), Ana Maria Athayde Polke (Escola de Biblioteconomia/UFMG), Antônio Agenor Briquet de Lemos (Redator, UnB, à época Departamento de Biblioteconomia/Faculdade de Estudos Sociais Aplicados), Jannice de Mello Monte-Mór (Biblioteca Nacional/MEC), Maria Lúcia Andrade Garcia (Index

- Informações Científicas e Técnicas S/C, MG), Terezine Arantes Ferraz (Divisão de Informação e Documentação Científica/Instituto de Energia Atômica), Zila da Costa Mamede (Biblioteca Central/UFRN). Deve-se notar que na composição desse Grupo de Trabalho não havia ninguém da Arquivologia, fato, aliás, assinalado no documento (p. 51). Entretanto, ressaltamos que, apesar disso, o entendimento da área, de seu objeto, seus problemas e suas perspectivas estão bem avaliados. Mesmo porque o Grupo utilizou documento s importantes e fundamentais produzidos pela Unesco sobre o tema.

<sup>13</sup> As redatoras dessa avaliação foram: professora Suzana Pinheiro Machado Mueller (UnB, do então departamento de Biblioteconomia, hoje departamento de Ciência da Informação e Documentação) e Nilza Teixeira Soares (à época, servidora da Câmara dos Deputados/Coordenação de Arquivo).

fato, para esses autores, a pesquisa é uma atividade que necessita não apenas de “dinheiro e cérebros”, mas “exige também uma cultura, uma ambiência e um meio que favoreça ao máximo seu resplendor”.

Na verdade, Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 51) corroboram o que já é consenso entre os cientistas, isto é, o de que “a pesquisa tem a necessidade de que se registrem seus resultados, que sejam transmitidos, difundidos com a ajuda de diferentes meios, tais como revistas especializadas, os congressos, os encontros e o ensino universitário”. Quanto a isso, não é por acaso que a produção científica e a sua comunicação é um dos objetos de estudo da Ciência da Informação (MEADOWS, 1999; MUELLER; PASSOS, 2000). No caso da Arquivologia, pelas razões já apontadas anteriormente, as publicações especializadas têm sua origem nas instituições arquivísticas e servem, com poucas exceções, para divulgar os trabalhos desenvolvidos na própria instituição, incluindo-se avaliações relacionadas aos seus usuários. São essas instituições que publicam periódicos especializados, como é o caso da revista *Acervo*, editada pelo Arquivo Nacional ou de publicações de associações profissionais, a exemplo da revista *Arquivo & Administração*, publicada pela Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), apenas para lembrar duas das publicações mais antigas. Nesse aspecto, precisamos lembrar o trabalho de Jardim (1998) o qual, pela primeira vez, buscou sistematizar e analisar a produção e comunicação do conhecimento arquivístico no Brasil, por meio de um levantamento dos artigos publicados no País em periódicos de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Administração e História.

Reconhecida, no plano da formação acadêmica, como um bacharelado, a Arquivologia seria posteriormente também reconhecida por uma Agência nacional de fomento à pesquisa. Com efeito, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) incluiria, em 1981, a Arquivologia como uma subárea da área de Ciência da Informação, ambas abrigadas na grande área “Ciências Sociais Aplicadas”<sup>14</sup> contribuindo, dessa forma, no processo de reconhecimento institucional da disciplina. Tal decisão seguia a tendência preconizada internacionalmente pela Unesco nos anos 1980, como assinalado anteriormente. Sinal dos novos tempos, hoje, a Tabela de Classificação das áreas do CNPq está sendo revista por uma comissão específica para esse fim. Na proposta preliminar do CNPq<sup>15</sup> a Arquivologia passa a ser uma área independente, vinculada à grande área “Ciências socialmente aplicáveis” (terminologia controversa, criada nessa nova tabela), ficando assim subdividida:

## 11. Área – Arquivologia:

### Fundamentos da Arquivologia

Gestão Arquivística  
Técnicas Arquivísticas  
Arquivologia Especializada

Dessa forma, considerando-se a situação atual da Arquivologia no Brasil - que já conta com 9 cursos de graduação, com pesquisadores e estudos nas universidades e uma crescente presença profissional no mercado de trabalho, além de uma forte participação das instituições arquivísticas nos debates e reflexões sobre o fazer da área - acredita-se que é o momento de uma reflexão mais aprofundada sobre a sua trajetória no que diz respeito à pesquisa, particularmente aquela realizada no âmbito dos Programas de Pós-graduação. É o momento buscarmos desvincular a imagem que normalmente se tem da disciplina, isto é, como sendo eminentemente técnica<sup>16</sup>. Nesse sentido, convém evocar novamente o documento do CNPq *Avaliação & Perspectivas* (CNPq, 1978, p. 52):

*O fato de a Biblioteconomia e a Arquivologia estarem voltadas para a aplicação de técnicas não quer dizer que no seu âmbito não se realizem pesquisas ou se produzam novos conhecimentos, da mesma forma que a Ciência da Informação não é exclusivamente teórica e desvinculada de aplicações práticas (grifos nossos).*

## A formação em Arquivística nos Programa de Pós-graduação no Brasil

Segundo González de Gomes (2003, p. 41), a partir das reflexões de Lenoir (1997), os programas de pesquisa – que se concentram na resolução de problemas, são atrelados a nichos institucionais de inovação, possuem grande influência de técnicas e descobertas de outras áreas, são fortemente associados a uma base instrumental e têm seu sucesso explicado somente em parte pelo poder cognitivo da base de pesquisa desenvolvida – constituem “uma complexa ecologia de agentes, instituições, processos e produtos dos conhecimentos”. Nesse sentido, julgamos pertinente eleger como universo de pesquisa – para compreender o *status* da Arquivologia como uma disciplina também voltada para a pesquisa científica, logo, para a produção de conhecimento – os espaços institucionais universitários. Deve-se ressaltar, também, que essa opção passa pelo conceito de “campo científico” de Bourdieu (1983), isto é, estamos inscrevendo a nossa análise partindo do pressuposto de que a Arquivologia passou – e passa – por uma

<sup>16</sup> A formulação do Princípio de respeito aos fundos em 1841, na França, viria a demonstrar que, de fato, a Arquivologia poderia se constituir numa disciplina específica, desvinculando-se dos princípios biblioteconômicos. Pela primeira vez, se afirmava que os documentos de arquivos eram produzidos e acumulados de forma totalmente diferente de outros documentos, inclusive os de biblioteca. Isso teria repercussões na abordagem dos arquivos, na sua organização e interpretação. O uso, digamos, das “técnicas” de catalogação utilizadas para os livros seria uma forma de descaracterizar os documentos arquivísticos, fazendo com que estes perdessem sua integridade e organicidade.

<sup>14</sup> Nessa área encontram-se classificados: Direito, Economia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Regional e Urbano; Demografia, Ciência da Informação, Museologia, Comunicação, Serviço Social, Economia Doméstica, Desenho Industrial e Turismo. Em Ciência da Informação, encontram-se a Teoria da Informação, a Biblioteconomia e a Arquivologia.

<sup>15</sup> Acessível em <http://www.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>

“luta pela autoridade científica” (BOURDIEU, 1983, p. 127). O acalorado debate recentemente veiculado na Internet sobre se a Arquivologia deveria se tornar ou não independente da Ciência da Informação é um indicador dessa premissa. Em última instância, dentre outros aspectos, é a disputa pelos recursos financeiros das agências financiadoras que está em jogo.

No nosso recorte metodológico, portanto, identificamos inicialmente os programas de pós-graduação no Brasil que poderiam, em princípio, abrigar linhas de pesquisa ou temáticas próximas da Arquivística, distribuídos em universidades federais. De antemão, esclarecemos que, embora os cursos de pós-graduação *lato sensu* pareçam ocupar um papel considerável na formação dos arquivistas, não os consideramos, por enquanto, no universo pesquisado pela dificuldade de mapeá-los e qualificá-los, particularmente quanto às monografias produzidas nesses cursos<sup>17</sup>. Alguns aspectos abordados no nosso programa de pesquisa já foram recentemente objeto de uma tese de doutorado cujos resultados também foram publicados em livro (FONSECA, 2005).

Para a nossa pesquisa, identificamos os seguintes Programas de Pós-graduação: Ciência da Informação, Comunicação, Biblioteconomia e História, num total de 13 Programas. A inclusão do Programa de Pós-graduação em História Social da USP deve-se à representatividade da Arquivística numa linha de pesquisa desse Programa. Por outro lado, numa etapa posterior da pesquisa, identificamos mais um Programa – o mestrado em Administração da UFSC – que também se enquadrava no tema pelas suas linhas de pesquisa. É importante ressaltar que o *locus* institucional da Arquivística, o porquê de a disciplina estar num ou noutro departamento ou faculdade/instituto é um debate em aberto, como nos lembra Couture, Martineau e Ducharme (1999, p. 33):

*[...] a questão da instituição de vinculação – departamento de história, biblioteconomia/ciências da informação – fez com que se gastasse bastante tinta desde o início do século XX. Na década de 80, chegou-se a um ‘consenso apático’, o qual consiste em aceitar, indiferentemente, todas as fórmulas possíveis.*

A constatação acima foi apresentada de uma maneira mais detalhada pelo Coordenador da pesquisa, Couture (2001-2002), num artigo publicado na revista *Archives*. Nesse texto, o autor mostra que das 67 instituições pesquisadas (70 países), cujas respostas aos questionários puderam ser analisadas quanto ao vínculo departamental e de Escolas que ofereciam formação em Arquivística, percebeu-se, de fato, uma dispersão da formação entre diferentes departamentos/Escolas. Mas ficou claro, pelos dados,

que essa formação se concentra em: Biblioteconomia e em Ciência da Informação (17 = 25%); Arquivística (21 = 31%) e História (13 = 19%)<sup>18</sup>. Esse resultado fez o autor tecer as seguintes considerações:

*Defendida por vários autores, a corrente que apóia a integração [da arquivística] às ciências da informação é majoritária em relação às outras tendências e se assiste progressivamente, nesses últimos anos, à inserção do termo arquivística na denominação desses departamentos. (COUTURE, 2001-2002, p. 23, tradução nossa)*

Para nós, parece evidente que o vínculo institucional da Arquivologia, como curso de graduação, num ou noutro departamento/instituto/faculdade, pode ter implicações no tipo de desenvolvimento das pesquisas na Pós-graduação: os temas, tipos de abordagem, os métodos, os autores, etc. Parte do nosso programa de pesquisa precisa identificar, então, o *locus* institucional da Arquivologia e, para isso, elaboramos uma primeira planilha que identifica esses espaços, com base no mapeamento dos seguintes dados: a) identificação dos cursos de Arquivologia no Brasil, os departamentos e os institutos/faculdades/centros de vinculação, o ano de criação do curso e o estado da federação onde se encontra a universidade. Em seguida, buscou-se verificar se há ou não programa de pós-graduação no departamento ao qual o curso de Arquivologia está vinculado e a participação, em número, de docentes de Arquivologia nos respectivos Programas de Pós<sup>19</sup>. Foram mapeados os Programas de Pós-graduação<sup>20</sup>, os níveis dos cursos (mestrado / doutorado), ano de criação, área de concentração e as linhas de pesquisa. A identificação das linhas de pesquisa tem como objetivo verificar se elas sugerem, pelo título, a possibilidade de pesquisas com temas arquivísticos<sup>21</sup>. Embora com algumas ressalvas, consideramos que as informações levantadas espelham a inserção dos Programas em determinada área do conhecimento e, dentro desta, com recortes específicos. Por outro lado, pensa-se que ao longo da pesquisa será necessário ampliar o levantamento de dados, por exemplo, para todos os programas de Pós em Comunicação, se quisermos ter um panorama mais real da produção científica em Arquivística na Pós-graduação. De toda forma, é importante destacar que as informações relacionadas ao enquadramento das teses e dissertações ainda devem ser relativizadas, embora sejam bastante próximas da realidade. Um dos problemas é a dificuldade de classificá-las apenas pelos títulos<sup>22</sup>.

<sup>18</sup> Os outros foram: Documentação (4 = 6%); Patrimônio (1 = 2%) e fora de departamentos (3 = 5%). O autor explica que estes últimos são diretamente ligados a uma Faculdade ou à Direção da Universidade.

<sup>19</sup> Como esses dados ainda são muito inconsistentes, optamos por não incluí-los aqui.

<sup>20</sup> Para a identificação inicial dos programas de Pós-graduação em Ciência da Informação foi importante a pesquisa de Población (2005), quando foram identificados nove cursos: IBICT/UF RJ, PUCCAMP, UFBA, UFMG, UFPB, UFSC, UnB, UNESP e USP. Lembramos que o curso do IBICT agora está na Universidade Federal Fluminense – UFF, conforme convênio firmado em 2003.

<sup>21</sup> Os quadros não constam neste texto por falta de espaço. Para maiores detalhes, consultar Rodrigues e Marques (2005).

<sup>22</sup> Evidentemente, a principal fonte de informação para isso é o Portal da Capes. Muitas vezes, os sítios das Universidades e/ou dos Programas apresentam informações

<sup>17</sup> Pela sua regularidade, antiguidade, vínculo institucional e perfil do corpo docente, o Curso de Especialização em Arquivos da Universidade de São Paulo, que funciona desde 1986, no IEB (Instituto de Estudos Brasileiros), deverá ser incluído no universo da pesquisa, assim como o mestrado profissionalizante da FGV/CPDOC que abriga uma linha de pesquisa denominada “acervo e informação”, cuja descrição demonstra claramente que o seu objeto são os arquivos.

## Considerações finais

A formação do arquivista passou por mudanças significativas e fundamentais, desde o século XIX. Estas transformações passam seja pelo deslocamento ou pela ampliação dos locais de formação, assim como pelas disciplinas e conteúdos curriculares exigidos. Ainda que permaneça um “núcleo” erudito na formação, o advento das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) e as exigências da denominada sociedade da informação parecem ter um papel decisivo nessas transformações.

A pesquisa na literatura especializada da área, em língua inglesa e francesa, apontou para algumas questões interessantes. O profissional de Arquivologia teve seu papel, sua denominação e sua formação revistos conforme as influências das mudanças ocorridas nas teorias da administração e nos problemas surgidos com a maior difusão do uso da informática e do registro da informação em suporte eletrônico. Contudo, a base fundamental sobre a qual está assentada a Arquivologia e o papel de seu profissional continua com o mesmo núcleo central: fornecer a informação orgânica e registrada ao seu usuário gerador (na fase corrente e intermediária) e torná-la acessível ao usuário pesquisador (na fase permanente ou histórica), além da manutenção da integridade e segurança dessa informação com os menores custos possíveis. A tendência apontada para o futuro, segundo a literatura pesquisada, é a de que o arquivista deveria ser um profissional com competência para organizar cientificamente e tornar acessível um conjunto dinâmico de informações registradas em suportes diversos — sejam eles os suportes tradicionais (papel e microfilme) ou os suportes surgidos com a informática (CD-ROM, disquete, DVD etc.) —; tenha capacidade de lidar com o usuário final e seja capaz de elaborar projetos e calcular os custos dos serviços arquivísticos e trabalhar em equipe junto com outros especialistas. Além dessas características, espera-se que o profissional exerça suas funções de modo ético, neutro e transparente e garanta a salvaguarda dos direitos autorais e da privacidade e a acessibilidade aos documentos cuja consulta é franqueada ao público.

Examinando-se a maioria das descrições dos cursos nas universidades européias estudadas neste trabalho, constata-se que há uma tentativa de responder aos desafios impostos à Arquivologia contemporânea, o que inclui as demandas do mundo do trabalho, às expectativas dos profissionais por um ensino técnico que alie tradição e modernidade. A razoável oferta de cursos abordando temáticas arquivísticas demonstra, de fato, uma expansão da profissão. Um outro aspecto interessante é a preocupação com o tema da memória que também contribui para esse florescimento da profissão, ao qual se acrescentam as necessidades da “sociedade da informação”. À profissão associam-se, ainda, responsabilidades como procedimentos de certificação e de qualidade nas organizações, implicando numa gestão rigorosa dos documentos e de seu arquivamento. Os arquivistas, pela própria descrição de suas atividades, são responsáveis pela memória futura. O desenvolvimento acelerado da informática nas organizações e nas instituições leva a uma obsolescência sem precedentes dos suportes tradicionais o que traz problemas

contraditórias. Muitas informações foram complementadas por meio de telefonemas às instituições.

cruciais para o arquivista: autenticidade da informação, domínio do fluxo dos documentos e de sua transmissão, perenidade dos dados.

Nesse sentido, a formação do arquivista, hoje, deveria estar centrada no domínio de um saber que o habilite a se desincumbir de suas funções tradicionais, mas também que o prepare para enfrentar os desafios do século XXI. Essa formação, por outro lado, não deve se restringir a preparar “técnicos” em arquivos, mas também para a pesquisa, ou seja, formar pessoas críticas. Percebe-se, nas universidades que têm graduação em Arquivologia, uma tendência ao desenvolvimento de pesquisas em arquivística nos programas de pós-graduação. Ou mesmo — como é o caso, por exemplo, da École Nationale des Chartes — de encaminhar os alunos que obtêm o diploma a prosseguir os seus estudos pós-graduados em outras universidades, com as quais aquela Escola já estabeleceu parceria.

De toda maneira, se há um consenso quanto à formação do arquivista pelas universidades, não se pode dizer o mesmo quanto aos vínculos institucionais da disciplina, sobre a sua inserção em qual campo disciplinar e quais diálogos privilegiar. No caso do Brasil, a maioria dos cursos de Arquivologia (6) está vinculada aos departamentos de Ciência da Informação, o que parece, de fato, indicar uma acomodação acadêmica (ou o “consenso apático” ao qual se refere Couture) da Arquivologia como uma subárea da Ciência da Informação. Podemos observar também que os cursos de graduação em Arquivologia estão distribuídos em duas grandes áreas do conhecimento (conforme classificação do CNPq ainda em vigor): Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Esse dado parece refletir ou uma busca de identidade da área ou, ainda, uma reafirmação do caráter interdisciplinar/multidisciplinar da Arquivologia, o que nos remete às conclusões da pesquisa de Bonal Zazo, apresentadas anteriormente. Por outro lado, segue de certa forma, a tendência apontada por Couture (2001-2002), de uma aproximação entre a Arquivística e a Ciência da Informação. Entretanto, como já indicado anteriormente, do ponto de vista das agências financiadoras estatais (CNPq e CAPES)<sup>23</sup> caminha-se para uma desvinculação “automática” entre a Arquivologia e a Ciência da Informação. Isso, por si só, não seria ruim, pois, como vimos também, esse vínculo decorreu, de certa forma, de uma inércia, apesar de refletir uma tendência e uma recomendação de órgãos como a Unesco e o próprio Conselho Internacional de Arquivos. Em contrapartida, do ponto de vista prático, vemos que a profissão de arquivista, segundo a última edição da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), não está entre os “profissionais de informação”, como o são o bibliotecário, o documentalista e o analista de informação<sup>24</sup>.

Quanto à inserção da Arquivologia nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, pode-se constatar que dos nove Cursos de Arquivologia, quatro estão em departamentos que têm Pós-graduação em Ciência da Informação. Supõe-se então que a trajetória natural dos docentes da graduação em Arquivologia, desde que tenham doutorado, seja o seu credenciamento nesses Programas. Dos outros

<sup>23</sup> Isso vale, evidentemente, para outras agências financiadoras que seguem a tabela de áreas do CNPq, como a FINEPm o BNDES, além das agências estaduais (FAPESP, FAP-DF, FAPEMIG, FAPERJ, etc.)

<sup>24</sup> Disponível em <http://www.mteco.gov.br/informacao.asp>.

cinco restantes, um deles está num departamento que tem um programa com afinidade com a Ciência da Informação: a Pós em Comunicação e Informação da UFRGS em que a linha de pesquisa "Informação, Tecnologias e Práticas Sociais" permite perfeitamente desenvolver pesquisas com temas arquivísticos e que tem um docente do Curso de Arquivologia credenciado. Dois outros cursos (UEL e UFES) ainda estão em departamentos que não têm programa de Pós-graduação *stricto sensu*. Finalmente, o curso da UNIRIO que está num departamento cujo Programa de Pós-graduação está classificado como sendo de natureza multidisciplinar: neste Programa foram identificadas dissertações com temas arquivísticos, embora, na ocasião do levantamento de dados, não tenhamos identificado professores do Curso de Arquivologia credenciados no Programa.

Quanto aos vínculos, uma variável a ser investigada é a razão histórica de os Cursos de Arquivologia estarem num ou noutro departamento, nas ciências humanas ou nas ciências sociais aplicadas. Para isso seria necessário pesquisar nos documentos de criação e implantação desses cursos.<sup>25</sup> A esse número, poder-se-ia acrescentar mais um, pois o departamento de vinculação do Curso da Universidade Federal de Santa Maria denomina-se "Documentação".

Foi possível constatar, também, que as linhas de pesquisa, cujos títulos indicam ser possível produzir teses ou dissertações com temas arquivísticos, concentram-se majoritariamente nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ, UNESP, UFMG/ECI, PUCAMP/FABI, UFPB/CCS/DBD e UnB/FACE/CID). As universidades que possuem o maior número de dissertações e teses com temáticas voltadas para a Arquivologia são a USP/História/ECA (16) e a UFRJ/IBICT (14). Examinando-se os títulos das pesquisas<sup>26</sup>, observou-se que a maioria dessas teses e dissertações relaciona-se aos temas clássicos da Arquivística, tais como: o tratamento/organização de documentos (classificação, avaliação, tipologia documental, elaboração de instrumentos de pesquisa, recuperação da informação/acesso) e com as novas tecnologias da informação (principalmente documentos eletrônicos). Temas relacionados à memória e à história de instituições arquivísticas também foram identificados.

Esses dados parecem indicar um delineamento de um espaço de pesquisa com temas propriamente arquivísticos. Mas isso pode ser explicado também pelo fato de a Arquivologia ser uma disciplina ainda, digamos, em construção, cuja identidade parece não ser muito clara. Evidentemente, não estamos defendendo aqui que essa identidade se faça às custas do seu isolamento. Ao que tudo indica, hoje, mesmo para as ciências consolidadas, isso não é mais possível. As questões postas pela sociedade contemporânea exigem cada vez mais olhares múltiplos e, no caso da Arquivologia, suas relações tradicionais com a

<sup>25</sup> No caso específico do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, uma pesquisa realizada para a produção do *Manual do Curso* revelou que as negociações iniciais para a sua criação ocorreram com o Departamento de História, mas não tiveram prosseguimento, aparentemente pela falta de entusiasmo da História. Foi justamente pelo fato de o Curso de Arquivologia ter sido implementado no Departamento de Biblioteconomia que este teve sua denominação alterada para "Ciência da Informação e Documentação".

<sup>26</sup> Numa etapa posterior pretende-se consultar o texto integral das teses e dissertações ou ao menos os resumos.

História, e depois com a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Informática, o Direito, a Administração, por exemplo, demonstram que a abordagem da informação orgânica – objeto da Arquivologia – não se pode fazer com apenas um viés de análise.

Os resultados obtidos até o momento nos permitem concluir que, no Brasil, a Arquivologia, como disciplina do conhecimento, já começa a delinear uma "comunidade científica". A identificação de grupos de pesquisa congregando pesquisadores da área poderá nos apontar se caminhamos para uma consolidação dessa comunidade.

O número de dissertações e teses, com temática propriamente arquivística, num total de 73 trabalhos, pode parecer insignificante apenas se este for comparado ao de outras disciplinas já consolidadas. Porém, tratando-se de um campo recente na área acadêmica, esse resultado adquire outra dimensão. Os dados nos apontam também para outra reflexão. A maioria dos Cursos de Arquivologia funciona apenas no horário noturno e isso provavelmente se reflete no número de estudantes que podem, futuramente, se dedicar à pesquisa. Esse fato nos leva a pensar se, num primeiro momento, as Pós-graduações tenham atraído prioritariamente profissionais que já trabalham em instituições arquivísticas ou similares. Além disso, devido à graduação em Arquivologia ser recente, podemos avançar a hipótese segundo a qual os alunos formados na área ainda estão em fase de amadurecimento. Outro aspecto a ser apontado diz respeito às observações de Couture (2001-2002) segundo as quais ainda há uma deficiência de docentes e pesquisadores em Arquivologia. A realidade do Brasil parece corroborar isso. Os resultados, embora parciais, demonstraram a existência de docentes vinculados, de fato, aos Cursos de Arquivologia mas também aos Programas de Pós de seus departamentos, porém em número ainda pequeno. Além disso, deve-se considerar que as pesquisas em Arquivística parecem se desenvolver independentemente da existência de docentes da Arquivologia nos Programas, ou seja, há orientadores capazes de orientar teses e dissertações com temáticas arquivísticas o que, como já havíamos destacado anteriormente, pode repercutir nos recortes temáticos e nos métodos. Futuramente, quando cruzarmos o perfil dos orientadores com o dos orientandos, quem sabe poderemos concluir que, muitas vezes, os orientandos com graduação ou especialização em Arquivística – ou profissionais da área – estariam influenciando os próprios orientadores e até, conforme o caso, redirecionando ou ampliando os interesses destes últimos.

Gostaríamos, ainda, de destacar que a formação do arquivista, no Brasil, parece seguir, em grandes linhas, o modelo internacional guardando, é claro, certas particularidades. O que há em comum, parece-nos, é o deslocamento dos locais de formação: das instituições arquivísticas públicas para as universidades. A particularidade brasileira deve-se ao fato de que – ao contrário do que ocorreu e ocorre na maioria dos países pesquisados – a formação universitária no Brasil priorizou uma formação acadêmica integral, segundo o modelo tradicional do bacharelado. São poucas as formações profissionalizantes ou de especialização oferecidas pelas universidades. Nas universidades públicas temos o já tradicional curso de especialização do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP. Um levantamento preliminar – realizado por nós para a conferência que gerou este artigo – indicou a existência de outros cursos de especialização, em funcionamento ou como projeto, em universidades públicas: o da Universidade Federal do Maranhão,

criado em 2003<sup>27</sup> e em na Universidade Federal da Bahia, onde se encontra em fase de tramitação uma proposta de um curso de especialização intitulado *Atualização em Informação arquivística*<sup>28</sup>. O mesmo levantamento mostrou a criação de um MBA em *Arquivologia e Gestão Documental* na Universidade Paulista (Unip), numa parceria com a Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS). Esse curso, de fato, já está no site da Unip, com os objetivos, carga horária e grade curricular<sup>29</sup>. Ainda nas faculdades privadas, um curso de especialização (MBA) é oferecido pelo CPDOC/FGV com o título de *MBA Bens culturais: cultura, economia e gestão* que possui na sua grade curricular disciplinas relacionadas à Arquivologia, embora a terminologia não apareça.

Finalmente, a título de síntese, poderíamos dizer que, hoje, alguns aspectos devem ser destacados quanto à situação da Arquivologia – no Brasil e no mundo: a) assistimos ao nascimento e consolidação de uma profissão, subjacente àquela de arquivista, que é a do “professor de Arquivologia” – profissão esta que, aliás, já consta na CBO de 2002 -, e os programas de pós-graduação das universidades contribuirão cada vez mais para consolidá-la também no campo científico; b) há, de certa forma, uma demanda – ainda que difusa - da sociedade pelo trabalho do Arquivista. No caso brasileiro, bastaria fazer um levantamento dos concursos para arquivista realizados nos últimos anos: constata-se a necessidade do profissional, mas a “oferta de emprego é ainda comumente mal definida” [vide os editais, às vezes confusos na definição do profissional] e, em certas ocasiões, ainda se quer um simples técnico, fato lembrado, no plano internacional, por Elisabeth Verry (2003); c) a institucionalização acadêmica da Arquivologia parece contribuir firmemente para credenciar o profissional formado na disciplina a disputar os espaços intelectuais legitimados para analisar questões complexas, como aquelas relacionadas à memória, ao patrimônio documental e à gestão documental, enfim às políticas públicas de gestão e acesso às informações.

Pensamos que a Universidade tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo de reconhecimento de fato – e de direito - da Arquivologia e dos arquivistas, mediante pesquisas que identifiquem as demandas sociais, analisem os currículos e os métodos de ensino nos cursos de graduação, dentre outros. Além disso, é na universidade, como nos lembra Cox (1998) que se encontram as palavras-chave para a formação de um profissional crítico: “ensino – pesquisa – questionamento” (COX, 1998, p. 61). Paralelamente, as associações profissionais também poderiam colaborar, no sentido de que elas, hoje, compõem-se, em sua grande maioria – referimo-nos aqui especialmente ao Brasil - de egressos dos cursos de graduação em Arquivologia, ao menos em suas diretorias. Percebe-se, igualmente, um amadurecimento da categoria – a exemplo do que ocorre no plano internacional - no sentido de considerar importante uma parceria com as universidades.

<sup>27</sup>Conforme Resolução CONSEPE N° 294/03 da UFMA (disponível em <http://www.ufma.br/>)

<sup>28</sup> Conforme informações no site da UFBA em: <http://www.prppg.ufba.br/especializacao.html>. Acesso em abril de 2006.

<sup>29</sup>Disponível em [http://www3.unip.br/ensino/pos\\_graduacao/latosensu/index.asp](http://www3.unip.br/ensino/pos_graduacao/latosensu/index.asp). Acesso em abril de 2006.

Os debates sobre o papel do arquivista – ainda que este papel não seja claramente explicitado – são cada vez mais frequentes nos jornais: quando se discute o acesso a documentos sigilosos; quando se noticiam sinistros que destroem arquivos da administração pública; quando se fala em terceirização dos serviços de arquivo nas instituições públicas; quando se privatizam estatais; quando as CPIs investigam documentos como prova, etc. Em todas essas circunstâncias, um arquivista com uma boa formação de base universitária, formado no espírito crítico e investigativo, será um profissional capaz de orientar ações, assessorar e propor políticas de tratamento, preservação e acesso às informações e documentos arquivísticos.

## Referências

- ASSOCIATION DES ARCHIVISTES SUISSES. **La formation des archivistes**. Disponível em: [http://www.vsa-aas.org/Zeller\\_Structure.267.0.html?&L=1](http://www.vsa-aas.org/Zeller_Structure.267.0.html?&L=1). Acesso em: jan. 2006.
- BONAL ZAZO, José Luis. **La investigación universitaria sobre archivos y archivística en España a través de las tesis doctorales**. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Jlbonal.pdf>. Acesso em: dez. 2003.
- BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivo & Administração**, v. 15, n. 23, p. 12-18, 1994.
- BRITTO, Maria Teresa Navarro de. Cartografia do Ensino Universitário de Arquivologia nas Américas. In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Org.). **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1999, p. 9-30.
- BURGY, François. **Archivistique et polyvalence professionnelle: dix ans de formation em archivistique à Genève**. Disponível em: [http://www.hesg.ch/heg/prestations\\_recherche/doc/fb\\_archiv-polyv.pdf](http://www.hesg.ch/heg/prestations_recherche/doc/fb_archiv-polyv.pdf). Acesso em: jan. 2006.
- COOK, Michael. **The education and training of archivists - status report of archival training programmes and assessment of manpower needs**. (PGI-79/CNF.604/COL.2). Paris: UNESCO, 1979. 71 p.
- CASTRO, A. de Moraes; CASTRO, Andresa de Moraes; GASPARIAN, D. M. Castro. **Arquivística, arquivologia**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1988.
- CNPq. **Avaliação e perspectivas**. Brasília, 1978. v. 9.
- CNPq. **Avaliação e perspectivas: ciências sociais aplicadas**. Brasília, 1983. v. 8.
- COUTURE, Carol. La formation et la recherche en archivistique: éléments révélateurs de l'état de développement de l'archivistique contemporaine: synthèse d'un projet de recherche. **Archives**, v. 33, n. 2, p. 21-51, 2001-2002.
- COUTURE, Carol. **La formation initiale en archivistique**. Disponível em: [http://www.mapageweb.umontreal.ca/couturec/rapport/chap1\\_2.htm](http://www.mapageweb.umontreal.ca/couturec/rapport/chap1_2.htm). Acesso em: jan. de 2000.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne. La formation en archivistique et le profil de l'archiviste contemporain. *Archivum*. International on Council Archives, v. 45, p. 19-37, 2000.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo**. Trad. Luis Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

COX, Richard. *A advocacia nos currículos de graduação em arquivologia: uma perspectiva norte-americana*. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 59-70, jan./jun. 1998.

DELMAS, Bruno. **The training of archivists: analysis of the study programme of different countries and thoughts on the possibilities on harmonization**. (PGI-79/CONF.604/COL). Paris: UNESCO, 1979.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FONTAINE, France, BERNHARD, Pauline. **Principes directeurs pour la rédaction d'objectifs d'apprentissage en bibliothéconomie, en sciences de l'information et en archivistique**. (PGI-88/WS/10). Paris: UNESCO, 1988.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida. Escopo e abrangência da ciência da informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão. In: **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, jan/abr 2003.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, p. 243-252, set./dez. 1998.

JARDIM, José Maria, FONSECA, Maria Odila (Org.) **A formação do arquivista no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1999.

MEADOWS, A. J. **A Comunicação científica**. Trad. Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PASSOS, Edilene J. L. (Org.). **Comunicação Científica**. Brasília: Departamento de Ciência da Informação e Documentação/Universidade de Brasília, 2000.

NESMITH, Tom. Hugh Taylor's contextual idea for archives and the foundation of graduate education in archival studies. In: CRAIG, Barbara L., éditeur. **The archival imagination: essays in honour of Hugh A. Taylor**. Ottawa: 1992b. p. 13-37.

ORLÉANS, Jacques d'. **The status of archivists in relation to other information professionals in the public service in Africa: a RAMP study**. Paris: UNESCO, 1985. 43 p. (PGI-85/WS/2).

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. Visibilidade da produção científica gerada pelos docentes e egressos dos programas de pós-graduação em ciência da informação e as interfaces com os grupos de pesquisa da área, constantes do diretório do CNPq. In: **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, fev. 2005. Disponível em: [http://www.dgzero.org/fev05/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgzero.org/fev05/F_I_art.htm). Acesso em: fev. 2005.

RODRIGUES, Georgete Medleg; APARÍCIO, Maria Alexandra Miranda. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 31-39, jan./jun. 2002.

RODRIGUES, Georgete Medleg; APARÍCIO, Maria Alexandra Miranda. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. **Páginas A&B**, Lisboa, n. 12, p. 115-130, 2003.

RODRIGUES, Georgete Medleg; CUNHA, Angelica Alves. A pesquisa em arquivística nas universidades brasileiras: um estudo da produção científica no âmbito dos programas de pós-graduação e de iniciação científica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., Belo Horizonte, 10-14 de novembro de 2003. **Anais**.

RODRIGUES, Georgete Medleg; CUNHA, Angelica Alves. A pesquisa em arquivística no Brasil: um estudo da produção científica nos programas de pós-graduação e de iniciação científica e do papel das agências financiadoras. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UnB, 9., 2003, Brasília. **Resumos...** Brasília: UnB, 2003. 1 CD-ROM.

RODRIGUES, Georgete Medleg; MARQUES, Angelica Alves da Cunha. A inserção da arquivística nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. **RBPG**, v. 2, n. 3, p. 75-92, mar. 2005.

RODRÍGUEZ BARREDO, Julia Maria. La formación de los archiveros en España: una propuesta para el siglo XXI. **Comma, International Journal on archives**, n. 1-2, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Edições Afrontamento, 1999. 254 p.

SOUSA, Marcos Aurélio Lopes de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O arquivista como cientista da informação: formação e perspectivas profissionais. In: ENANCIB, 5., 2003, Belo Horizonte, MG. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. 1 CD-ROM.

TANODI, Aurelio. **The status of archivists in relation to other information professionals in the public service in Latin America: a RAMP study**. Paris, UNESCO, 1985. 59 p. (PGI-85/WS/13).

UNESCO. PGI. **Meeting of experts on the harmonization of archival training programmes: 26-30 november, Paris, 1979: final report**. Paris, UNESCO, 1980. 17 p. (PGI-79/CONF.604/COL.7).

VERHELST, Jules; SCHEELINGS, Frank. La formation archivistique "traditionnelle" en Europe. *Archivum*: ICA, v. 45, p. 1-18, 2000.

VERRY, Elisabeth. La diversification de l'offre de l'emploi. **Comma**. ICA, v. 2-3, p. 117-122, 2003.

## DOIS ASPECTOS DA FORMAÇÃO EM PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

*BECK, Ingrid*

Museóloga, Mestre em Ciência da Informação  
Consultora para projetos de preservação documental  
ingridbeck@terra.com.br

### RESUMO

Apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o ensino da disciplina de Preservação Documental no campo da Ciência da Informação. Identifica a necessidade da atuação interdisciplinar dos profissionais de informação. Propõe um novo modelo de disciplina de Preservação Documental pautado na conservação preventiva dos diferentes suportes documentais e enfatiza a necessidade de formação de professores para o ensino desta disciplina dentro de linhas de pesquisa da Ciência da Informação.

**Palavras-chave:** Preservação documental; Formação profissional; Suporte de informação; Nova mídia.

### Introdução

O presente estudo subsidiou a pesquisa de Mestrado da autora, defendida em abril de 2006, junto à Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia - IBICT. Teve como objetivo refletir sobre a atualidade da disciplina de Conservação e Restauração de Documentos, oferecida nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, considerando as mudanças conceituais que redirecionaram a preservação documental nas últimas décadas.

Este processo de mudanças está relacionado às constatações alarmantes sobre a fragilidade dos mais recentes suportes documentais e o conseqüente risco de perda de grandes massas de informação registrada. Numa tentativa de anteceder-se à perda, a conservação preventiva assume um caráter gerencial, permeando a gestão documental e a gerência de coleções. Ao lado de ações estratégicas, iniciadas na década de 1990, para salvar em microfilme a informação em risco sobre papéis quebradiços, surgem questões cruciais sobre o acesso à informação, cada vez mais requisitado pela sociedade da informação.

Por outro lado, o uso cada vez mais corriqueiro das tecnologias de informação na produção e tramitação da informação passou a requerer procedimentos padronizados para preservar a integridade intelectual e probatória dos documentos em mídias ainda mais vulneráveis ao uso e à obsolescência tecnológica. Terry Cook mostra que neste processo de mudanças se faz necessária uma nova atitude em relação à salvaguarda dos acervos em meio digital:

*A noção confortável de valor permanente de documentos arquivísticos únicos, ao longo do tempo, precisa ser modificada, simplesmente porque o documento eletrônico ficará ilegível ou incompreensível, se não for copiado e que sua estrutura e funcionalidade re-configurada em um novo software, a cada curto prazo de poucos anos. Isto substitui a preservação arquivística tradicional, que indica procedimentos adequados ao reparo, à restauração e ao armazenamento, e uso do meio físico que foi o documento. (COOK, 2000, p. 10).*

O fato é que os documentos em papel, quando bem organizados e acondicionados em ambientes adequados à preservação podem permanecer inalterados por décadas, sem exigir uma intervenção ativa para que se mantenham íntegros em seu conteúdo. Por outro lado, os documentos eletrônicos dependem de atenção permanentemente e de ações reiteradas contra a obsolescência dos programas e dos sistemas onde estão armazenados. Nos dois casos a conservação preventiva é mais eficaz e racionaliza custos, desde que integrada no processo de gestão, que permite planejar, estabelecer prioridades e, de acordo com a temporalidade de cada conjunto documental, estabelecer os prazos de custódia e acessibilidade.

Desta forma, tão importante como resguardar a evidência dos registros do passado em seus suportes de papel, de filme ou de material fotográfico é assegurar a sobrevida dos registros em mídias magnéticas e digitais. Por esta razão, preservar informação relevante requer o envolvimento de equipes multidisciplinares na seleção de preservação, no estabelecimento de prioridades com base no valor informacional, na demanda de uso e na vulnerabilidade de cada tipo de suporte. A partir destes dados podem ser definidas políticas de custódia e acesso.

A interlocução interdisciplinar é ampliada. Já não são apenas os conservadores em suas especialidades que decidem o que, como e quando preservar. As equipes de gestão, acesso e preservação devem estabelecer conjuntamente as prerrogativas de valor e temporalidade, como elementos essenciais no processo decisório, que levam em conta questões de custo-benefício para definir os investimentos de conservação preventiva, objetivando assegurar a integridade e acessibilidade do conteúdo informacional. Esta nova postura também aproxima a Preservação Documental da Ciência da Informação.

De acordo com Fonseca (2005), “a partir de um novo paradigma na Arquivologia torna-se mais visível a aproximação do campo com a Ciência da Informação”, no momento em que hoje a informação se refere à “análise das relações entre os documentos e seus geradores”, visando “a autenticidade, a segurança e a fidedignidade desses documentos”. (FONSECA, 2005, p. 59). Este é também mais um ponto de interseção destes campos com o da Preservação Documental:

*Os métodos tradicionais de preservação de documentos de arquivo baseados em padrões apropriados de restauração, armazenagem e uso dos suportes físicos tornam-se irrelevantes na medida em que os documentos devem migrar seus conteúdos muito antes da deterioração física de suportes, o que está promovendo uma importante reformulação nos pressupostos de proveniência, originalidade e funcionalidade dos documentos. (FONSECA, 2005, p. 62)*

O profissional de informação de hoje agrega conhecimentos e responsabilidades, interagindo no processo decisório de gerência e preservação. Sua participação no planejamento de preservação não deve ser confundida com as atividades específicas dos profissionais de conservação, entretanto precisa conhecer os diferentes suportes documentais e os meios necessários para assegurar sua integridade e perenidade, associados a um coerente plano de gestão documental.

## O aspecto gerencial da preservação

Neste processo de mudanças, a relação de custo-benefício em décadas passadas, de restaurar peças únicas, levando-se em conta o valor de artefato e a antiguidade histórica, deu lugar a uma leitura que valoriza o documento dentro de seu contexto informacional. Os programas passam a ser redirecionados, para ações abrangentes de conservação preventiva, contemplando os acervos de forma global. Foi Gaël de Guichen quem definiu da melhor maneira o que pode ser considerada uma verdadeira mudança de mentalidade no campo da preservação do patrimônio cultural como um todo.

*A conservação preventiva é um velho conceito no mundo dos museus, mas só nos últimos 10 anos que ela começou a se tornar reconhecida e organizada. Ela requer uma mudança profunda de mentalidade. Onde ontem se viam artefatos, hoje devem ser vistas coleções. Onde se viam depósitos devem ser vistos edifícios. Onde se pensava em dias, agora se deve pensar em anos. Onde se via uma pessoa, devem ser vistas equipes. Onde se via uma despesa de curto prazo, deve-se ver um investimento de longo prazo. Onde se mostram ações cotidianas, devem ser vistos programas e prioridades. A conservação preventiva significa assegurar a sobrevida das coleções. (GUICHEN, 1995, p. 4).*

Esta mudança está associada à visão de que a preservação só é eficiente quando envolve um conjunto de ações planejadas que contribuem para a salvaguarda das coleções como um todo. Quanto mais frágeis e vulneráveis os acervos, maior a prioridade de preservação. A vulnerabilidade dos novos suportes de informação redireciona prioridades e passa a exigir ações preventivas contra a perda da informação.

*O gerenciamento no desenvolvimento das coleções deve fazer parte dos planejamentos de preservação. [...] A escolha política e tecnológica que é feita agora, direcionada apenas para atender a uma possibilidade futura, é determinada por esses mesmos valores de relativismo ético, humanístico e epistemológico vigentes. (ALBITE SILVA, 1998, p. 9).*

A preservação passa assim a assumir uma função gerencial central, junto ao processo de gestão documental. Helen Forde recomenda o fortalecimento de uma consciência política sobre a importância da administração de preservação. “A administração estratégica de um arquivo tem que incluir a administração de preservação como uma atividade central”. (FORDE, 1999, p. 2).

## O ensino de preservação na formação do profissional de informação

O vertiginoso avanço das novas tecnologias permeando todas as áreas relacionadas com a informação justificou uma verdadeira revolução nos programas de ensino em vários países. A partir da década de 1990 foram realizados estudos e pesquisas no campo da Ciência da Informação, para avaliar a adequação dos currículos acadêmicos, condizentes com o novo o novo perfil do profissional de informação do século XXI.

Um importante exemplo destas iniciativas foi o Projeto KELLOGG-ALISE, realizado entre os anos 1998 a 2000, que avaliou a reforma educacional de programas curriculares de 26 cursos Biblioteconomia e Ciência da Informação dos Estados Unidos e no Canadá. "Entre as tendências identificadas, nota-se uma maior flexibilidade nos currículos dos cursos e a ampliação da interdisciplinaridade". (PETIGREW; DURRANCE, 2001, p. 170).

No Brasil, realizou-se uma pesquisa entre novembro de 2005 e março de 2006 (BECK, 2006, p. 78-89) junto aos coordenadores dos cursos de Biblioteconomia e de Arquivologia, por meio de um questionário encaminhado *on line* (p. 109-110). Esta pesquisa objetivou avaliar o conteúdo, a bibliografia recomendada, a carga horária e a obrigatoriedade, colhendo também relatos sobre mudanças que ocorreram nestes aspectos, nos últimos anos. Os dados foram complementados por uma outra coleta nas páginas virtuais dos cursos, na Internet.

A consulta às páginas virtuais objetivou identificar os cursos de Biblioteconomia e de Arquivologia que oferecem a disciplina de Preservação Documental, e identificar as diferentes nomenclaturas. Os dados quantitativos colhidos a partir das consultas às páginas destes cursos foram fundamentais neste caso. São eles:

- Número de cursos de Biblioteconomia em funcionamento: 34
- Oferecem a Disciplina de Conservação: 10
- Obrigatoriedade: 3
- Número de cursos de Arquivologia em funcionamento: 9
- Oferecem a Disciplina de Preservação Documental: 9
- Obrigatoriedade: 9 (BECK, 2006, p. 79)

Os dados colhidos puderam ainda ser respaldados e confrontados com a pesquisa de mestrado de Neide Gomes (UNB, 2000), que mapeou as condições de ensino em conservação e restauração de documentos no país, levantou dados sobre a disciplina de Preservação Documental oferecida na época, nos cursos de Biblioteconomia e Arquivologia.

Estas fontes permitiram estabelecer uma relação entre os cursos e a oferta da disciplina de Preservação Documental, entre 2000 e 2005. Os cursos de Arquivologia mantiveram sua taxa (6/6 e 9/9) de 100%. Já nos de Biblioteconomia, a relação caiu da anterior (19/12) de 63% para (34/10) 29%. O

impressionante decréscimo desta relação pode estar relacionado a vários fatores. O fator central é certamente o impacto que as novas tecnologias vêm causando sobre o currículo dos cursos de Biblioteconomia, fazendo com que muitas disciplinas desaparecessem, dando lugar a um novo conteúdo.

*Alguns cursos de Biblioteconomia também mudaram a sua denominação para Ciência da Informação e outros se transformaram em cursos de Ciência da Computação. Surgem disciplinas com diferentes nomes: "Tecnologia da Informação"; "Gestão de Sistemas Informacionais"; "Planejamento de Sistemas de Informação"; "Produção de Documentos Eletrônicos" e ainda "Produção, Armazenamento, Conservação e Disseminação de Documentos Eletrônicos", entre outros. As grades curriculares destes cursos parecem atender à forte pressão do mercado de trabalho. Em sua maioria, entretanto, deixam de ter um compromisso com a questão da preservação, e isto é muito preocupante. (BECK, 2006, p.93).*

Do questionário encaminhado *on line* aos coordenadores dos 34 cursos de Biblioteconomia e 9 de Arquivologia, retornaram:

- Biblioteconomia: (10 respondentes, 29%): 3 do Nordeste, 4 do Centro-Oeste e 3 do Sudeste, faltando respostas das regiões Norte e Sul.
- Arquivologia: (4 respondentes, 44%): 1 do Nordeste, 1 do Centro-Oeste, 1 do Sudeste e 1 do Sul.

As amostras obtidas podem ser consideradas adequadas, considerando-se o objetivo, que foi a busca de tendências.

O questionário encaminhou 9 perguntas. As duas primeiras perguntas identificaram os cursos e seus coordenadores. As respostas das outras 7 perguntas forneceram importantes indicadores.

Com relação aos fatores que dificultam a implantação da Disciplina de Preservação Documental, os respondentes indicaram, em primeiro lugar, a falta de professores habilitados ao ensino da disciplina. Nota-se também uma falta de clareza sobre qual deveria ser o conteúdo da disciplina, podendo-se chegar ainda mais longe: ainda não há uma compreensão da importância da conservação preventiva para assegurar o acesso continuado à informação, em seus diferentes suportes.

A nomenclatura adotada para a disciplina, bastante diferenciada, denota que também não há um consenso em relação ao seu conteúdo. Além do conteúdo, cada curso estabelece seus próprios parâmetros em relação à carga horária, à relação entre teoria e prática, e à obrigatoriedade da disciplina. Este descompasso já foi notado por Gomes (2000). Além disto, persiste ainda o ensino de práticas de restauração sem uma fundamentação teórica adequada, considerando as limitações da carga horária de 60 horas. Por outro lado, este conteúdo tende a subtrair desta limitada carga horária conteúdos que seriam essenciais para a formação do atual profissional da informação.

Cresceu, desde Gomes (2000), a tendência da adoção, parcial ou total, da bibliografia disponibilizada pelo projeto Cooperativo Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos - CPBA.

*O Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos que dissemina informações técnicas através da distribuição de textos traduzidos às instituições cadastradas no projeto. Apesar de sua importância e de ser o único trabalho no gênero desenvolvido no país, apenas quatro universidades responderam que mantêm a cooperação com o projeto e/ou usa os textos divulgados pela comissão. (GOMES, 2000, p. 59).*

Esta bibliografia, abordando as questões centrais do planejamento de preservação dos diferentes suportes documentais e de microfilmagem e digitalização, vem complementando ou mesmo redirecionando os conteúdos desta disciplina nos últimos anos, mas não alcança ainda uma unanimidade sobre um programa condizente com as necessárias mudanças.

Um outro conjunto de dados fundamentais, para o estudo em questão, foi coletado paralelamente utilizando o mesmo instrumento de pesquisa, junto aos coordenadores dos cursos de pós-graduação *Lato e Stricto Sensu* em Ciência da Informação para levantar a ocorrência de disciplinas ou de linhas de pesquisa em Preservação Documental. Note-se que a Ciência da Informação já aparece na denominação da grande maioria dos Departamentos aos quais estão vinculados os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia.

Esta pesquisa foi encaminhada a 8 instituições de ensino que mantêm cursos de especialização, mestrado e doutorado. Das quatro respostas, apenas um curso de especialização em Gestão de Arquivos respondeu positivamente. As três respostas negativas justificaram: 1) "a falta de linhas de pesquisa, apesar da possibilidade de o tema ser verticalizado em alguma delas"; 2) "a desvinculação do tema à Ciência da Informação"; e 3) "a ausência de professores capacitados para oferecer tal conteúdo". (BECK, 2006, p 89).

## A formação profissional de preservação documental

Nos Estados Unidos os programas dirigidos à formação em preservação documental enfrentam os novos desafios do ensino de preservação dos meios audiovisuais e digitais, enquanto que é observada uma queda de interesse pelos cursos conservação-restauração. Note-se que os cursos são de pós-graduação, o que favorece a concentração de disciplinas e de linhas de pesquisa específicas, para a formação de conservadores e gerentes de preservação dentro do campo da Ciência da Informação.

Gracy e Croft realizaram entre 1999 e 2003 uma pesquisa abrangente a todos os cursos de Biblioteconomia e de Ciência da Informação (*LIS*), com o apoio da Universidade de Pittsburg. A pesquisa objetivou levantar as condições atuais do ensino de preservação nos Estados Unidos e avaliar se estes cursos preparam conservadores e gerentes de preservação de forma adequada, contemplando os acervos digitais e audiovisuais.

A pesquisa procurou obter, entre outras informações, respostas sobre os cursos, a composição dos currículos e como os currículos mudaram na última década. A pesquisa foi dirigida a todas as

instituições acadêmicas que fornecem estes cursos. No total, foram enviadas 102 pesquisas e a taxa de resposta foi de 71.9%. A análise dos dados mostrou o crescente interesse em preservação, pelo aumento do número de matrículas nos cursos, em especial nos de preservação de novos suportes documentais. (GRACY; CROFT, 2005a, p.1).

Já nos cursos de conservação-restauração ocorreram quedas de interesse em relação aos demais cursos.



Fig. 1: Gráfico indicando o número de matrículas nos cursos de Conservação-Restauração (EUA), entre 1999 e 2003. (GRACY; CROFT, 2005b, slide 15).

Nos cursos Gerência de Preservação (PM) houve uma recuperação, a partir de uma tendência anterior de decréscimo.

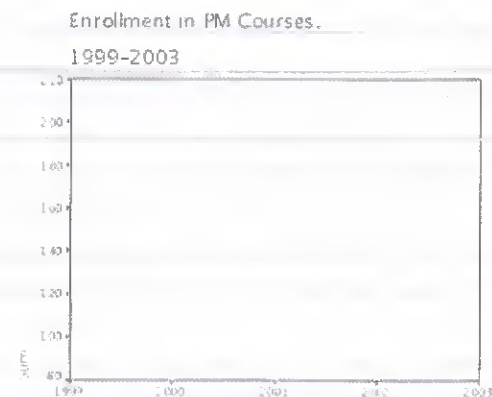


Fig. 2: Gráfico indicando o número de matrículas nos cursos de Gerência de Preservação (EUA), entre 1999 e 2003. (GRACY; CROFT, 2005b, slide 12).

O interesse pelos cursos de preservação digital fez com que o número de cursos dobrasse e as matrículas triplicassem, em apenas 4 anos.

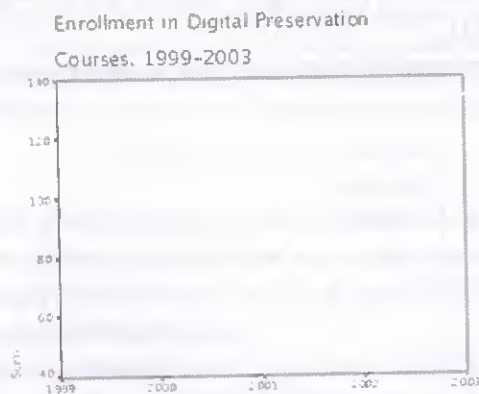


Fig. 3: Gráfico indicando o número de matrículas nos cursos de Preservação Digital (EUA), entre 1999 e 2003. (GRACY; CROFT, 2005b, slide 13).

Também os cursos direcionados à preservação audiovisual (AV) tiveram uma taxa de crescimento semelhante. De nenhum curso em 1999, o número saltou para 5 cursos, até 2003.

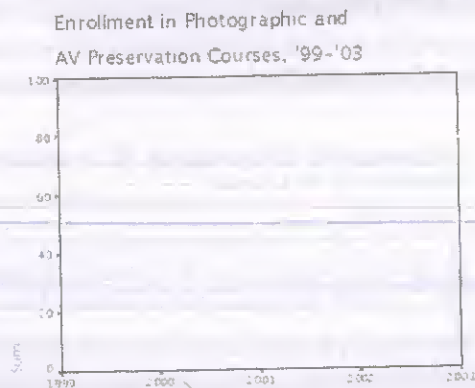


Fig. 4: Gráfico indicando o número de matrículas nos cursos de Preservação de Fotografias e Material Audiovisual (EUA), entre 1999 e 2003. (GRACY; CROFT, 2005b, slide 14).

Sobre o futuro do ensino de preservação na perspectiva acadêmica, os entrevistados indicaram prioritariamente a necessidade de maior concentração de conteúdos de preservação em cursos de Ciência da Informação e Tecnologia da Informação e a necessidade de estimular estudos de doutorado em preservação.

No Brasil, o ensino acadêmico em preservação tem preocupado a classe profissional há décadas. Apesar de várias tentativas para implantar programas regulares de pós-graduação, o único programa de especialização que se mantém, desde 1978, é o curso do Centro de Conservação e Restauração de Bens Móveis - CECOR, da Universidade Federal de Minas Gerais. Este curso especializa profissionais em conservação-restauração de pintura e imaginária, e em conservação-restauração de papel.

## Conclusão

A preservação deve estar presente em todas as atividades dos profissionais de informação. Os cursos que formam esses profissionais no Brasil ainda se encontram defasados em relação a esta necessidade. Deveriam ser reavaliados, tanto os conteúdos dos cursos, como a distribuição destes na grade curricular de ensino, para abranger os diferentes suportes documentais. O planejamento de preservação poderia ser integrado ao processo de gestão documental. Fica também cada vez mais visível a necessidade da formação acadêmica específica de profissionais para a preservação dos suportes tradicionais ou digitais.

Uma outra questão crucial é a formação de professores para o ensino acadêmico destes conteúdos, nos cursos de graduação e pós-graduação. Atualmente, analisando o conteúdo das disciplinas oferecidas nos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil, a preservação documental só é contemplada tangencialmente nas questões relacionadas à produção e recuperação da informação em ambiente digital. Estes programas precisam estabelecer linhas de pesquisa específicas, tal como acontece nas instituições acadêmicas de outros países.

Nota-se ainda uma falta de consenso no encaminhamento das transformações metodológicas que se fazem necessárias no ensino de preservação documental. A razão pode estar ligada ao fato de esta disciplina ainda não ser suficientemente compreendida pelos próprios profissionais da área, enquanto que há mais de uma década o mundo vem assistindo a uma verdadeira revolução conceitual nos campos da informação e da preservação. Mesmo considerando que em alguns cursos já ocorrem mudanças, com a adoção da conservação preventiva no conteúdo da disciplina de preservação e abordando a preservação de meios não textuais, como fotografias, filmes e magnéticos. Já com relação à preservação digital ainda não foi integrada aos programas dos cursos.

Permanece certa imobilidade frente às mudanças que precisam acontecer contra o risco de se criar uma lacuna intransponível, com o passar do tempo, em relação às perdas que estão por vir em nossos acervos, especialmente os digitais.

Para que as mudanças se concretizem no conteúdo desta disciplina é preciso que se construa um consistente referencial teórico, que deve ir além do conhecimento dos materiais e das diferentes mídias, fundamentado na construção do pensamento atual, que orienta a Preservação Documental para o contexto informacional exigindo reflexões e posicionamentos éticos.

## Referências

- ALBITE SILVA, Sérgio Conde de. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998. 19 p. Disponível em: <<http://www.cpba.net>>. Acesso em: 10 fev. 2006.
- BECK, Ingrid. **O ensino da preservação documental nos cursos de arquivologia e biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional**. 2006. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense em convênio com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006.
- COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. 1, p. 13-24, 2000. Disponível na Base de Dados Capes: <<http://www.mybestdocs.com/cook-t-postmod-p1-00.htm>>. Acesso pelo Portal de Periódicos Capes, em: 12 out. 2005.
- FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 121 p. Originalmente tese de doutorado em Ciência da Informação, IBICT/UFRJ.
- FORDE, Helen. Preservation as a strategic function and an integrated component of archives management: or, can we cope without it? In: INTERNATIONAL CONFERENCE OF THE ROUND TABLE ON ARCHIVES, 34., 1999, Budapest. **Proceedings**. Disponível em: <<http://www.ica.org/citra/citra.budapest.1999.eng/forde.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2005.
- GOMES, Neide Aparecida. **O ensino de conservação, preservação e restauração de acervos documentais no Brasil**. 2000. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília.
- GRACY, Karen F.; CROFT, Jean Ann. **Preservation education needs for the next generation of information professionals**. Chicago: American Library Association, 2005a. 2 p. Disponível em: <[http://www2.sis.pitt.edu/~kgracy/ALA\\_handout.pdf](http://www2.sis.pitt.edu/~kgracy/ALA_handout.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2005.
- GRACY, Karen F.; CROFT, Jean Ann. **Preservation education needs for the next generation of information professionals**. Chicago: American Library Association, 2005b: 49 transparências. Disponível em: <<http://www2.sis.pitt.edu/~kgracy/pres-education-ALA2005b.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2006.
- GUICHEN, Gaël de. La conservation préventive: un changement profond de mentalité. **Study series**, Bruxelas: ICOM-CC/ULB, v. 1, n. 1, p. 4-5, 1995. Disponível em: <[http://icom.museum/study\\_series\\_pdf/1\\_ICOM-CC.pdf](http://icom.museum/study_series_pdf/1_ICOM-CC.pdf)>. Acesso em: 5 set. 2005.
- PETIGREW, Karen E.; DURRANCE, Joan C. Kaliper: Introduction and Overview of results. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 42, n. 3, 170-180, 2001.

## OS USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

*Lucia Maria Velloso de Oliveira*

Mestre em Ciência da Informação, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação UFF/IBICT, graduada em História e em Arquivologia.  
Chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa

### RESUMO

As inovações em tecnologia da informação e comunicação propiciam novos meios de intermediação entre as unidades arquivísticas e seus usuários. Para que os serviços arquivísticos possam atender às demandas de seus usuários em consonância com a contemporaneidade, é necessário que estes sejam reconhecidos como agentes no processo e a pluralidade de suas necessidades de informação analisadas com uma abordagem flexível, capaz de atender às demandas mais tradicionais e às novas necessidades de informação.

**Palavras Chave:** Informação arquivística; Usuário; Uso da informação; Acesso à informação.

As inovações tecnológicas de informação e comunicação, em especial o ambiente WEB provocam nos serviços arquivísticos uma ampliação de suas perspectivas, para além de seus depósitos e salas de consulta. Inserem-se nesse contexto os usuários tradicionais e ocasionais destes serviços, com expectativas e demandas inerentes à contemporaneidade.

Mesmo não adotando uma percepção determinista em relação ao impacto das inovações tecnológicas nos processos de gestão e de comunicação na prática arquivística, devemos reconhecer que tais fatores trouxeram uma nova problemática no que se refere aos procedimentos da área e à produção científica.

Para Rousseau e Couture, as inovações tecnológicas e os novos suportes trouxeram novos desafios para os arquivos e para os arquivistas:

*[...] As tecnologias da informação desenvolvem-se para responder às novas necessidades de troca, de acesso e de difusão. As telecomunicações simplificam-se e popularizam-se. A velocidade de transmissão aumenta. Novos suportes vão surgindo. Os arquivos mudam de forma. A arquivística situa-se no cruzamento de novos contextos culturais, dos novos modos de gestão tal como das novas tecnologias. Ela está na confluência de várias disciplinas: informática, ciências da informação, história, lingüística, arqueologia, etnologia, etc. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 55).*

Partimos do pressuposto de que os usos da informação arquivística e as relações entre o usuário e os serviços arquivísticos vêm sendo modificados, especialmente a partir dos anos 90, com a introdução de novos recursos tecnológicos de mediação como a Internet e a comunicação eletrônica. A inserção do universo WEB ao cotidiano, apesar de não retratar uma realidade única, produz um novo fluxo e novos usos indicando aos serviços arquivísticos e aos profissionais que reconstruam os instrumentos de recuperação da informação, as representações dos conteúdos dos seus acervos e as formas de comunicação com seu usuário.

As possíveis conexões entre os usuários, os arquivistas e os acervos passam a ser objeto de interesse dos serviços arquivísticos. A transferência do conteúdo informacional assume relevância, na medida em que o processo tende a ser mais autônomo, sem o contato presencial e imediato com o profissional.

O relacionamento remoto entre os agentes arquivista e usuário também possibilita ao segundo uma condição de interferência na comunicação, sem a inibição que o contato direto com o profissional pode provocar. O usuário nesse contexto assume um papel central: de receptor para co-produtor da informação e agente no processo de transferência da informação.

Fonseca e Jardim (2004), ao analisarem a terminologia arquivística, constatam que o termo usuário é pouco contemplado.

*De maneira geral, os conceitos de "usuário" encontrados não se colocam distantes daquele difundido pelo Conselho Internacional de Arquivos: "An individual who consults records (1)/ archives (1), usually in a search room. Also called reader, researcher, searcher". Nesta perspectiva, o usuário é um indivíduo que busca a informação e, portanto, a comunicação arquivo-usuário só se manifesta quando este último, por alguma razão, provoca esse processo. (FONSECA; JARDIM, 2004, p.5).*

No **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**, publicado pelo Arquivo Nacional em 2005, o termo usuário é definido como "pessoa física ou jurídica que consulta arquivos. Também chamada consulente, leitor ou pesquisador". (DICIONÁRIO..., 2005, p.169).

Estamos adotando o conceito de usuário proposto por Le Coadic: o usuário da informação é "aquele que busca uma informação para suprir uma demanda de informação". (LE COADIC, 1997, p.59, tradução nossa).

O processo de comunicação dos conteúdos informacionais arquivísticos se dá a partir da descrição arquivística consolidada em instrumentos de recuperação da informação, como inventários analíticos, sumários, catálogos, bases de dados, etc. Na elaboração desse conteúdo, o arquivista segue procedimentos que visam contemplar os aspectos documentários e contextuais da unidade de descrição de forma a possibilitar a difusão dos conteúdos e dos documentos.

Entendemos que um dos fundamentos para o desenvolvimento desse processo de comunicação deve prever a inserção do usuário não só como um receptor dos conteúdos elaborados pelo arquivista, mas

como um agente essencial, com a possibilidade de interferir inclusive na política de descrição e difusão adotadas nas unidades organizacionais arquivísticas.

Segundo Gagnon-Arguin (1998), a análise do processo de pesquisa dos acervos arquivísticos pode acrescentar ao tratamento arquivístico, e em especial, à descrição e à análise, e que os usuários tem adquirido maior independência para a realização de suas pesquisas com a utilização dos recursos tecnológicos. Ressalta que esse fator, por um lado, implica em revisão de práticas arquivísticas.

*Os usuários adquirem maior independência em seu trabalho de pesquisa. Por um lado, se tornam mais dependentes das estruturas subjacentes às bases de dados disponíveis. A qualidade de respostas que eles obtêm é condicionada pela organização do acesso e pela indexação das descrições fornecidas. Daí a necessidade dos arquivistas modelarem os processos de busca de forma mais produtiva de modo a ajustar, de uma parte, o tratamento dos fundos arquivísticos descritos e, por outro, de criar as estruturas de acesso próprias para pesquisa. (GAGNON-ARGUIN, 1998, p.87, tradução nossa).*

Gagnon-Arguin (1998) afirma que o uso das perguntas dos usuários ao arquivista de referência apresenta vantagens metodológicas, pois são fáceis de recolher, não é necessária utilização de infraestrutura complexa para compilá-las, a validade do uso das informações independe das condições de coleta, as informações já são conhecidas pelos arquivistas de referência e é um material vasto e significativo. Em sua perspectiva, a ligação entre o arquivista de referência e o arquivista responsável pela descrição, deve ser sistematizada, uma vez que pode orientar a política de descrição e de acesso.

No processo de comunicação das informações arquivísticas, em geral, elaboramos instrumentos de pesquisa assumindo que o usuário está familiarizado com termos como proveniência, fundos, série, etc. Há casos em que nos atemos às considerações sobre a forma do documento em detrimento às outras possibilidades de pontos de acesso que podem ser oferecidas. Enquanto existe a perspectiva de um atendimento presencial, essas questões podem ser supridas com a negociação entre o arquivista e o usuário. Contudo, ao configurarmos a pesquisa remota por meio de ferramenta para WEB, faz-se necessário olhar de maneira distinta esse processo.

Duff e Stoyanova (1998) publicaram artigo no periódico da área editado pela Associação dos Arquivistas Canadenses, *Archivaria*, apresentando resultados de estudos feitos com grupo de usuários sobre conteúdos e formatos de visualização em bases de dados, em relação ao RAD – *Rules for Archival Description*. O RAD foi amplamente utilizado na década de 90 pelos arquivistas canadenses e tinha como objetivos normalizar a prática de descrição e capacitar usuários a ter acesso à informação. Iniciamos o trabalho reconhecendo que:

*o objetivo da descrição é multifacetada. A descrição tem papel importante no controle de um arquivo, em funções de suporte como acesso, processamento, [...]. Descrição oferece aos pesquisadores informações contextuais valiosas que são necessárias para que o usuário*

*entenda e use os arquivos em todas as etapas de trabalho de pesquisa. (DUFF; STOYANOVA, 1998, p. 45, tradução nossa).*

Duff e Stoyanova (1998) concluem que os usuários preferem que a forma de visualização das informações sobre os acervos arquivísticos, seja desenvolvida especificamente para esse fim, em vez de se utilizar um produto já disponível e adaptado às especificidades da informação arquivística.

De acordo com os autores, os pesquisadores sabem quais os conteúdos e formatos para tornar as informações arquivísticas disponíveis. Ainda, apesar dos modelos existentes e já utilizados atenderem em sua maioria às necessidades dos usuários, os usuários gostariam que fossem incluídos outros dispositivos como “glossários, funções de ajuda on-line, instrumentos de busca eletrônicos, e índices, que são comumente ausentes em sistemas descritivos” (DUFF; STOYANOVA, 1998, p. 66, tradução nossa).

Munn e Rioux (1998) apresentam uma síntese das discussões que surgiram durante uma jornada organizada pela Divisão de Serviços aos Pesquisadores dos Arquivos Nacionais do Canadá<sup>1</sup>, *Les archivistes et leurs publics. Nouveaux moyens, nouvelles approches*, em 1997. Foi constatado no decorrer do evento que:

*Deve-se reconhecer que os centros arquivísticos estão vivendo um período de transição importante tratando-se das ferramentas de busca, seja por meio da normalização das descrições, da elaboração de sistemas de indexação mais precisos, de uma grande informatização ou pela maior colaboração entre profissionais. E a ocasião é favorável para se engajar os debates necessários para melhor definir o papel da referência e das necessidades dos pesquisadores, preliminarmente ao desenvolvimento de melhores meios de acesso aos documentos de arquivo. (MUNN; RIOUX, 1998, p. 110, tradução nossa).*

Na percepção de Aubin (1999-2000), as inovações tecnológicas de informação e de comunicação provocam nos arquivistas um desafio em suas práticas de difusão dos acervos que gerenciam. “Nós devemos simplificar o acesso aos instrumentos de pesquisa e ao seu conteúdo, pois toda pessoa deverá sentar-se diante de seu terminal e ser capaz de lidar com facilidade e rapidamente com o menu que lhe for oferecido, [...]”. (AUBIN, 1999-2000, p. 15, tradução nossa).

Segundo Mc Laughlin (2003), diretor de Desenvolvimento e Acesso do Arquivo Nacional da Austrália, os usuários do Arquivo Nacional querem utilizar o catálogo *on-line* da mesma forma em que navegam na WEB, sem fazer uso de manuais.

Com base em três anos de observação dos usuários da instituição foi possível estabelecer, no caso do Arquivo Nacional da Austrália, dez regras básicas para o desenho de interface de bases de dados, a saber:

<sup>1</sup> O Canadá possui dois Arquivos Nacionais refletindo o processo histórico envolvendo a colonização inglesa e francesa. Os dois países lutaram por cerca de 80 anos pelo país. A Inglaterra saiu vitoriosa, mas aos colonos franceses foi permitido preservar a língua, os costumes e leis civis, de acordo com a Lei Québec. Disponível em: [www.historianet.com.br](http://www.historianet.com.br).

1- Conhecer o usuário e o que ele deseja. Observa que apesar do ambiente WEB estar relacionado à ampliação e a um atendimento mais abrangente, a tendência é o desenvolvimento de pesquisas personalizadas e individualizadas. Cita recente estudo do *Forrester Research* (USA) que “aconselha a construção de um perfil fictício de usuário baseado em extensas entrevistas com usuários reais” (MCLAUGHLIN, 2003, p. 2, tradução nossa);

2- Não pressupor que ocorreu o entendimento. Nesse sentido, a língua pode ser uma barreira no processo de comunicação, especialmente se a interface fizer uso de termos especializados da área e que não são parte do vocabulário do pesquisador;

3- Assumir que o usuário pode não conhecer as coleções;

4- Simplicidade. Segundo Mc Laughlin, a maioria do público não gosta de ler instruções para operar um sistema;

5- As pessoas devem ser ajudadas em suas pesquisas e, assim, o custo com viagens pode não mais se justificar com a utilização da tecnologia da Internet;

6- Criar mecanismos de busca adequados a diferentes usuários. “Os usuários gostam de pesquisar pelo nome, lugar, evento ou pessoas. Eles também se interessam pelos temas. Como podemos tornar isso possível em uma coleção arquivística?” (MCLAUGHLIN, 2003, p.5, tradução nossa). Para tal, é importante que o thesaurus elaborado retrate os termos relevantes para a coleção;

7- O usuário deve ser auxiliado a navegar, e de acordo com Mc Laughlin muitas opções e muitos campos podem se tornar dificultadores durante a navegação;

8- O usuário deve ser capaz de solicitar o item para consulta ou imprimir-lo por meio do sistema. Exclusão de lápis e papel como meios para efetuar-se o pedido a consulta;

9- Uma boa interface não resolve o problema de falta de qualidade dos dados disponíveis;

10- Os usuários devem se sentir capazes e confiantes em lidar com as bases de dados.

Na perspectiva de Craig (1998), o documento arquivístico deve ser colocado à disposição dos usuários, seja como fonte de informação dentro de um contexto social mais amplo, ou como fonte de prova das atividades de uma pessoa ou de uma administração.

*Mas quem são esses usuários? Certamente essa categoria deve incluir pessoas já habitualmente consumidoras de nossos serviços – genealogistas, estudantes, acadêmicos, servidores públicos. Usuários podem também legitimamente incluir, outros clientes em potencial, por exemplo, pessoas que trabalhem em redes de difusão ou em novas indústrias culturais. Ou pode ser um tipo de usuário completamente novo que nós tenhamos encontrado muito raramente no passado, um visitante recreador que chega eletronicamente, talvez para visitar o site ou fazer uma pergunta eletronicamente. De fato, no futuro todas as categorias de usuários, real ou virtual, atual ou potencial, necessitarão ser incluídos em nossa equação de serviço ao público. (CRAIG, 1998, p.122, tradução nossa).*

Craig (1998) destaca que as expectativas dos usuários em relação aos serviços remotos dos arquivos receberão influências de sua relação com a Internet e com bibliotecas, que em grande parte já oferecem serviços automatizados. Considera que a Internet e a WEB possibilitam aos serviços de arquivos oportunidade para o atendimento aos usuários mais tradicionais dos arquivos e aos usuários remotos, de modo mais diversificado. Assinala, também que essa realidade pode facilitar a transformação dos usuários ocasionais em usuários regulares.

Martin (2001) publica no periódico *The American Archivist*, editado pela Associação dos Arquivistas Americanos, artigo que analisa o atendimento remoto no *Southern Historical Collection e General and Literacy Manuscripts* na Universidade do Norte Carolina, no período de 1995 a 1999.

O artigo que recebeu o prêmio *Theodore Calvin Pease Award*<sup>2</sup>, em 2000, apresenta resultado da pesquisa realizada para a conclusão do mestrado da autora, na Escola de Informação e Biblioteconomia da Universidade de Norte da Carolina. Foram quatro as principais conclusões do trabalho:

*o e-mail tornou-se o principal meio de demanda, mais perguntas são feitas por usuários casuais em busca de respostas para questões pessoais, mais usuários se utilizam de informações on-line para moldar suas perguntas de referência, e a proporção de usuários remotos visitarem o local diminuiu. (MARTIN, 2001, p. 17, tradução nossa).*

A escolha do campo empírico para a realização da pesquisa da autora deveu-se ao fato da instituição ter sido uma das primeiras a fazer uso da tecnologia da Internet, a maior parte de suas coleções possui instrumentos de recuperação da informação na rede e também por ser uma instituição de referência em especial para os pesquisadores da História do Sul.

A pesquisa partiu de quatro hipóteses: o e-mail tornou-se o principal veículo de atendimento remoto; os usuários que fazem uso do recurso do e-mail não são especializados e sim pessoas que simplesmente estão navegando no ambiente WEB, sem um objetivo específico de pesquisa; as perguntas

<sup>2</sup> O prêmio *Pease Award* é dado ao melhor trabalho elaborado por estudantes e é decidido por comitê presidido pelo editor da revista *American Archivist*.

formuladas pelos usuários, na medida que mais informações são disponibilizadas na WEB, tornam-se mais específicas; e a Internet favoreceu a ampliação do interesse pelos arquivos.

Segundo Martin (2001, p. 24), além das vantagens popularmente conhecidas na utilização de e-mail como canal de comunicação: velocidade, acesso à outra ponta 24 horas por dia, permite a construção de bases de dados de perguntas mais frequentes, etc, aponta que a consulta por e-mail permite ao arquivista tempo para elaborar uma resposta ao usuário mais completa.

A pesquisa se baseou em quatro categorias de usuários<sup>3</sup>: usuários pessoais ou por recreação, com interesses referentes ao próprio ou a alguma curiosidade; usuários profissionais, os jornalistas, advogados, cineastas, que recorrem aos arquivos com vistas ao atendimento de uma necessidade de trabalho; pesquisadores acadêmicos, que desenvolvem pesquisas com temáticas mais amplas, podem ser estudantes ou membros das Universidades; e os que pesquisam por *hobby*.

De acordo com os resultados, as categorias que mais utilizam o e-mail como instrumento de comunicação são os usuários pessoais ou por recreação e os pesquisadores acadêmicos, nesta ordem.

O estudo apresentado sinalizou algumas tendências: o uso do e-mail como meio para comunicação tende a crescer em relação à correspondência tradicional; a tecnologia da Internet e o uso de e-mails permitem que pessoas que nunca utilizaram arquivos entrem em contato com esse contexto; o usuário remoto tende cada vez mais a refinar sua pesquisa no ambiente WEB antes de recorrer aos arquivos; o usuário remoto tende a diminuir suas visitas aos arquivos; e devido à informalidade peculiar da comunicação por e-mail, o usuário remoto fornecerá informações insuficientes para o arquivista de referência ao efetuar uma consulta.

*O crescimento da variedade de usuários que descobrem os arquivos pelos Websites cria um novo conjunto de desafios. Se um repositório Web representa o primeiro contato do usuário com os arquivos, o Website deve fornecer informações sobre os arquivos, sua missão, para atender ao usuário iniciante. O repositório deve também oferecer aos usuários experientes uma valiosa visão das coleções de forma a ajudá-los a definir quais coleções correspondem aos seus interesses. (MARTIN, 2001, p.40, tradução nossa).*

O estudo de Martin (2001) corrobora com a tendência observada na revisão de literatura sobre o processo de comunicação entre o usuário e os serviços arquivísticos, no sentido em que as inovações, uso do e-mail e da Internet, impelem mudanças nos procedimentos de atendimento ao usuário e na construção dos discursos do arquivista para potencializar esse atendimento cada vez menos presencial.

Para Duff e Johnson, “o conteúdo e os meios de acesso às descrições arquivísticas eram baseadas nas percepções e modelos dos arquivistas e não no ponto de vista do usuário” (DUFF; JOHNSON, 2001,

<sup>3</sup>Em seu artigo, Martin (2001), cita que utilizou as categorias definidas por CONWAY, Paul. *Partners in research: Improving Access to the Nation's Archive*. Pittsburgh: Archives&Museum informatics, 1994.

p. 43, tradução nossa). Os autores também concordam que o ambiente WEB aproxima usuários inexperientes dos arquivos, e para que estes usuários possam ter suas expectativas atendidas faz-se necessário que os mesmos tornem-se independentes e autônomos face à informação arquivística.

*Bons sistemas de arquivos devem responder às demandas dos usuários sem que haja a intervenção do arquivista. Para isto, os arquivistas devem conhecer quais as informações o usuário considera importante ao elaborar a pesquisa no sistema, assegurando que esses elementos estejam incluídos na descrição dos materiais e nas interfaces de busca. (DUFF; JOHNSON, 2001, p. 44, tradução nossa).*

Os autores (2001, p. 58-59), com base em sua pesquisa, constataram que os usuários efetuam suas pesquisas utilizando como pontos de acesso nomes, datas, assuntos, forma e eventos, desta forma os sistemas de recuperação da informação devem possibilitar a busca a partir destes elementos.

Blais (1995) analisa a utilização dos arquivos pelos historiadores nos países da Europa, principalmente após o século XIX, e progressivamente por outros usuários denominados como usuários-cidadãos, exemplificando-os como os genealogistas, jornalistas, magistrados, que buscam nos arquivos respostas a questões muito específicas ou particulares a que raramente retornam, e também pelos usuários amadores<sup>4</sup>, com demandas variadas e em busca de respostas para atender sua curiosidade.

De acordo com Blais (1995), parte do conjunto de usuários dos arquivos constitui-se pelos próprios arquivistas, que fazem uso dos acervos para a realização de seu trabalho.

Ao fazer uma retrospectiva de iniciativas de estudos sobre usuários, a autora indica que os arquivistas americanos são os precursores na temática, contudo cita o trabalho dos Arquivos Nacionais do Canadá, realizado em 1984, como trabalho de grande relevância.

As pesquisas apontaram para questões pertinentes com esse estudo, como a prática de elaboração de instrumentos de busca que atendem às necessidades do processo de pesquisa, desde que ocorra a intermediação do arquivista e a gradual modificação das modalidades da pesquisa arquivística.

*Cada vez mais, os usuários preferem consultar os fundos a partir de seu domicílio. Em certos casos, a utilização de instrumentos de telecomunicação é necessária; em outros, as técnicas clássicas do recurso das microformas pode atender essas necessidades. De qualquer modo, os pesquisadores gostariam de poder limitar a duração de sua visita ao arquivo ao mínimo e de prepará-la.*

Certos usuários se preocupam menos em consultar os documentos do que acessar a informação que os documentos contém. Nesses casos, os serviços dos arquivos são chamados para manipular a informação para se adaptar às necessidades do pesquisador. (BLAIS, 1995, p. 11, tradução nossa).

Christopher J. Prom publicou os resultados de pesquisa desenvolvida com objetivo de analisar a interação do usuário com bases de dados *on-line*, no âmbito do Arquivo da Universidade de Illinois, durante o verão de 2003.

A pesquisa demonstrou, dentre outros resultados, que as bases de dados *on-line* são mais eficientes para os arquivistas e para os especialistas em computação. Este dado remonta para a necessidade de conhecermos os usuários, estabelecer um canal de comunicação viável e, conseqüentemente, atingirmos a meta de potencializar o acesso às informações arquivísticas.

De acordo com Fox, os usuários do sistema americano “esperam que a informação esteja *on-line* e à sua disposição imediata” (FOX, 2003, p. 3, tradução nossa); e os sistemas deveriam levar o usuário direto ao seu ponto de interesse, evitando-se uma navegação em círculos.

Tibbo e Meho (2001, p. 61) elaboram um estudo sobre mecanismos de buscas em ambiente WEB e escolhem: Alta Vista, Excite, Fast Search, Google, Hotbot e Northern Light. A escolha deveu-se, dentre outros aspectos, ao bom nível de resultados que essas ferramentas apresentam e à sua popularidade.

Os pesquisadores assumiram que, devido às iniciativas muito recentes de disponibilização de informações arquivísticas na WEB, ainda não há produção de conhecimento significativa sobre a eficácia dos buscadores para os materiais arquivísticos. Além disso, constatam que apesar dos avanços tecnológicos os serviços arquivísticos ainda têm um longo caminho a seguir em direção à divulgação de seus instrumentos de pesquisa.

*Enquanto perto de dois mil repositórios de arquivos na América do Norte tenham páginas na WEB, de acordo com os dados levantados, até fevereiro de 2000, aproximadamente oito por cento ou cento e sessenta, possuem número significativo de instrumentos de pesquisa completos em seus sites. (TIBBO; MEHO, 2001, p. 70, tradução nossa).*

Os autores, Tibbo e Meho (2001, p. 77), recomendam aos arquivistas que coloquem os instrumentos de pesquisa na WEB e que se tornem especialistas em pesquisas, assegurando a elaboração de instruções para busca que atendam aos usuários.

Jardim (2003) indica a necessidade de pesquisas constantes sobre usuários de arquivos dentro de uma perspectiva estratégica.

*O envolvimento dos usuários da informação arquivística nas políticas arquivísticas é de fundamental importância, embora nem sempre fácil de ser construído. Isso requer, por parte dos agentes públicos, promotores da legislação arquivística, não apenas um conhecimento extensivo do universo dos usuários dos arquivos, como também a oferta de mecanismos acessíveis de comunicação entre ambas as partes. As instituições e serviços arquivísticos devem manter atualizadas as informações não apenas sobre os seus usuários, bem como sobre a parcela da sociedade que, por diversas razões, não usufrui os serviços arquivísticos. Representantes do universo dos diversos tipos de usuários – não apenas os acadêmicos –*

<sup>4</sup>Assim nomeados por Paul Conway.

*devem ser estimulados a atuar na definição e desenvolvimento das políticas públicas arquivísticas. (JARDIM, 2003, p. 43).*

Dollar (2005), ao apontar as mudanças que os recursos tecnológicos provocam no âmbito dos serviços de referência dos arquivos, enumera as perguntas que o arquivista deve responder para que os usuários tenham suas demandas atendidas: "Quais são as características comuns aos grupos de pesquisadores? Quais elementos do serviço de referência são de maior importância para eles?" (DOLLAR, 2005, p. 16).

Tibbo (2003) apresenta resultados sobre como historiadores que ensinam História Americana em sessenta e oito instituições buscam as fontes primárias para a realização de suas pesquisas. Este trabalho faz parte do Projeto *The Primarily History*<sup>5</sup>.

Segundo os resultados obtidos, os historiadores americanos estão utilizando os recursos eletrônicos para localizar as fontes primárias, priorizam as visitas aos WEB sites de repositórios conhecidos (em busca de informações como telefone e horário de funcionamento), mas ao mesmo tempo fazem uso de instrumentos de pesquisa tradicionais.

*A mensagem para bibliotecas e arquivos é clara. Os arquivistas e bibliotecários devem manter o acesso aos meios tradicionais de localização de fontes enquanto constroem WEB sites mais fáceis de navegar com informações úteis. (TIBBO, 2003, p. 28, tradução nossa).*

Também indica que o material mais utilizado e mais importante são os jornais e, em seguida, a correspondência não publicada, os diários e os manuscritos. Esta informação deve ser considerada ao se estabelecer uma política de microfilmagem ou de digitalização, tendo em vista a ampliação de possibilidades de acesso.

Os historiadores que participaram da pesquisa responderam que ainda utilizam os meios mais tradicionais para a realização de suas pesquisas, apesar de utilizarem as possibilidades eletrônicas.

*Noventa e oito por cento dos historiadores indicaram que acham os materiais seguindo indicações e citações em fontes impressas; 79 por cento buscam em bibliografias publicadas; 57 por cento consultam edições documentárias impressas; 76 por cento pesquisam em instrumentos de busca impressos; 65 por cento usam arquivos de jornais para achar outros materiais; [...] (TIBBO, 2003, p. 20, tradução nossa).*

<sup>5</sup> Projeto que analisa o comportamento dos historiadores para pesquisar as fontes primárias com o advento da WEB, instrumentos de recuperação eletrônicos e coleções digitais. O projeto envolve a colaboração da Escola de Informação e Biblioteconomia da Universidade da Carolina do Norte e o Instituto de Humanidades e Alta Tecnologia e Informação da Universidade de Glasgow (Escócia).

O projeto demonstrou que 63% dos historiadores americanos visitam repositórios em ambiente WEB e 44 % fazem uso de ferramentas de busca. Mas, para a autora, a navegação em ambiente WEB não significa a recuperação de informações significativas sobre coleções e materiais menos visíveis.

*Visitar coleções em WEB sites e seus instrumentos de busca, não representa o poder da WEB, porque apenas apresenta em conjunto de materiais de diversos lugares, e simplesmente torna mais acessíveis materiais que o historiador acharia de qualquer forma com um pouco mais de esforço. (TIBBO, 2003, p. 23, tradução nossa).*

Os historiadores antecedem suas visitas aos arquivos utilizando os meios de comunicação: na categoria solicitação de assistência, 50 % dos participantes usa o e-mail, 44% o telefone, e 40 % o correio. Ainda, no local da consulta, 90 % pesquisam em instrumentos impressos, enquanto menos de 55 % utilizam instrumentos de recuperação da informação eletrônicos.

O historiador Georges Duby em sua obra, *A História continua* (1993), relata a elaboração de sua tese de doutoramento. Para fins desse trabalho de pesquisa, é relevante perceber as impressões do historiador, enquanto usuário da informação arquivística, seja em sua percepção acerca do profissional responsável pela guarda e acesso aos documentos, seja por sua relação com a própria fonte.

A questão que se coloca, no quadro apresentado por Duby, refere-se à relevância, que a contraposição que a pesquisa em bases de dados- arquivos já digitalizados- e o acesso ao documento digital podem gerar no processo da pesquisa do usuário em si, bem como em suas relações com os acervos arquivísticos.

Ao narrar a etapa de consulta aos manuscritos de documentos transcritos, etapa essa que se desenvolveu na Biblioteca Nacional, em Dijon, menciona a imagem do guardião dos documentos e sua pouca disposição em dar acesso aos mesmos.

*As peças originais, muito mais raras, estão em sua maioria recolhidas aos arquivos de Saône-et-Loire. Seu conservador julgava-se então, como acontece às vezes, proprietário do depósito do qual tinha a guarda, e tratava de afastar como podia os intrusos. [...] Eu estava sozinho. Conseguira finalmente que trouxessem uma caixa de papelão, que foi depositada sobre uma mesa. Abri-a. que encontraria lá dentro? Retirei um primeiro maço de documentos. Desamarrei-o, enfiando a mão por entre as peças de pergaminho. Tomando uma delas, desenrolei-a, e toda esta operação já implicava um certo prazer: não raro essas peles são de contato extraordinariamente suave. Soma-se a impressão de estar entrando num local reservado, secreto. (DUBY, 1993, p. 27).*

Segue em suas impressões, agora sobre o processo de busca e o impacto que provoca no usuário, o contato com o documento.

*Quem mais terá posto os olhos nessas palavras desde então? Quatro ou cinco pessoas, no máximo. Happy few. Outro prazer, este excitante: o prazer de decifrar, que não passa na verdade de um jogo de paciência. Terminada a tarde, um punhado de dados, quase nada. Mas são exclusivamente nossos, de quem soube ir a seu encontro, e a caçada foi muito mais importante que o animal capturado. (DUBY, 1993, p. 28).*

Continuando com a linha de considerarmos a perspectiva dos usuários de arquivos, recorreremos aos relatos de Sonia Combe e Arlete Farge, ambas historiadoras, sobre suas experiências como pesquisadoras dos arquivos franceses. Os relatos foram publicados, respectivamente, em **Archives interdites: les peurs françaises face à l'histoire contemporaine**<sup>6</sup>, e em **La atracción del archivo**<sup>7</sup>.

Combe (1994, p.16-17), ao descrever sua compreensão sobre as características do trabalho para tornar os documentos arquivísticos disponíveis, menciona que os arquivos demandam um trabalho delicado de identificação e organização de dossiês e reconhece que sua natureza oficial impõe que sejam liberados ao público após a conclusão do período de uso no âmbito administrativo. Tal questão se coloca, pois o trabalho da autora apresenta sua trajetória pelos arquivos departamentais da França, em busca de material sobre a ocupação durante a Segunda Guerra Mundial.

A pesquisa foi marcada por dificuldade de acesso aos documentos arquivísticos e aos instrumentos de pesquisa. Nos arquivos departamentais de Gard, a autora tem acesso a um inventário sumário da série WII, mas como a pessoa encarregada da série passa o dia todo em reunião ela ficou impossibilitada de consultar outros inventários. “Em Lyon, capital da Resistência, o presidente da sala não se preocupa com precauções de oratória: o acesso aos arquivos da Ocupação é proibido. Inútil pedir o inventário, ele não existe”. (COMBE, 1994, p. 39).

[...] nos vinte centros de arquivos departamentais visitados, um apenas coloca a disposição de seus leitores os inventários da série W sobre os arquivos da Ocupação, enquanto isso deveria ser a regra para todos os centros. Lembremo-nos que não estamos falando da consulta ao conteúdo dos arquivos, mas ao direito de conhecer a sua existência. (COMBE, 1994, p. 43, tradução nossa).

A expectativa do usuário de obter livre acesso às informações arquivísticas se confronta com questões regidas pela legislação como proteção à intimidade e as categorias de sigilo, que não são objeto de detalhamento nessa pesquisa, mas que devem ser mencionadas. Outras questões como agilidade na organização de acervos, recursos humanos, infra-estrutura para atendimento local e à distância, também são relevantes para se considerar a capacidade de um serviço arquivístico em acompanhar as demandas de seus usuários.

<sup>6</sup>Trabalho que narra sua pesquisa sobre a ocupação francesa durante a Segunda Guerra Mundial.

<sup>7</sup>A autora descreve sua experiência como pesquisadora dos arquivos judiciais reunidos no Arquivo Nacional, na Biblioteca do Arsenal e na Biblioteca Nacional da França, no período do século XVIII.

A inserção de informações sobre os acervos na rede tende a criar no usuário uma indicação de possibilidade de acesso ilimitado, o que pode não traduzir a realidade. As instituições, ao tornarem públicas informações sobre seus acervos, geram um aumento de demanda e, nesse caso, devem estar preparadas para o enfrentamento em relação às expectativas criadas.

Farge, como DUBY e ao contrário de Combe, estava pesquisando um período não contemporâneo da história e, nesse sentido, sem restrições de acesso às informações, mesmo tratando-se de documentos judiciais. “En el siglo XVIII, el archivo no falta, crea un vacío y una carencia que ningún saber puede colmar. Utilizar hoy el archivo significa traducir esa carencia, significa en principio examinarlo”. (FARGE, 1991, p. 46).

Farge (1991) relata um fato que demonstra um certo distanciamento entre o arquivista de referência e um usuário do serviço. A narrativa evoca um certo receio por parte do usuário em aproximar-se do arquivista. É interessante observarmos esse quadro como uma representação do distanciamento entre esses dois agentes do processo de comunicação dos conteúdos dos acervos arquivísticos.

*Hoje, um jovem intimidado pede conselho ao arquivista de serviço na sala. Deseja realizar, para seu pai enfermo, a genealogia familiar:[...] O arquivista fala muito baixo, pega um registro e com a ponta dos dedos segue as linhas impressas em que estão escritos uns números precedidos de uma letra maiúscula. Depois, suavemente, conduz o jovem a uma fila maior onde estão ordenados os registros. Pega seis ou sete, escolhidos sem vacilar. Abre suavemente, segue com os dedos as largas colunas de cifras, fecha-os, coloca os livros, pega outros, explica, volta a sua mesa para consultar a caixa de fichas em uma caixa de sapatos bege. (FARGE, 1991, p. 89-90, tradução nossa).*

A inserção das tecnologias de informação e comunicação tende a oferecer uma perspectiva de que esse distanciamento, representado na citação acima, será suprido com a inclusão das informações em bases de dados na WEB, uma vez que as ferramentas oferecem uma certa interatividade. Contudo, devemos reconhecer que, assim como no ato do atendimento local, pode-se configurar uma distancia entre esses agentes (arquivista e usuário), como citado acima, o mesmo pode acontecer com o uso da tecnologia como mediação, uma vez que seu uso não assegura soluções de comunicabilidade de conteúdos. Esse é um trabalho que deve ser desenvolvido com uma maior participação dos usuários, e para tal precisamos identificá-los, assim como suas expectativas.

Um dos fatores a se considerar durante a elaboração e implantação de bases de dados para o acesso às informações arquivísticas refere-se ao quanto do conhecimento arquivístico os profissionais continuam a exigir dos usuários. A linguagem utilizada permite uma maior comunicabilidade entre o usuário e o sistema de recuperação da informação adotado.

Mas efetivamente quantos usuários entendem o conceito do termo fundo? Ou de instrumentos de pesquisa? O uso destes termos atende a qual perfil de usuário? O uso da linguagem técnica, específica

de uma área de conhecimento, que reflete a cientificidade da Arquivologia é fundamental para o resultado de uma pesquisa?

No entanto, no ambiente WEB os usuários são distintos, especialistas em diversas áreas, usuários que navegam movidos por curiosidade, etc. Ao utilizarmos a linguagem especializada, com vistas a divulgar os acervos, devemos pensar em construir mecanismos que facilitem a comunicação e aproximem o usuário.

Thomassen (2004) aponta o que considera ser o principal aspecto a ser observado no contexto de definição de estratégias de acesso aos arquivos:

*A questão central não é como os arquivistas podem auxiliar os usuários a encontrar o que buscam o mais rápido possível. A questão central é como eles devem oferecer aos usuários as ferramentas para que façam sua pesquisa de seu modo, para que encontrem o que estão buscando assim como o que não estão buscando e que possam interpretar seus achados de acordo com sua vontade. O discurso é sobre a forma mais eficiente de prover informação, mas deveria ser mais sobre a liberdade de pesquisa e de interpretação. (THOMASSEN, 2004, p. 36, tradução nossa).*

As impressões descritas pelo historiador Duby, carregadas com a emoção da busca, da descoberta, do encontro com a informação e também com o documento, suas características, seus detalhes, dificilmente poderão ser substituídas pela interação com sistemas informatizados de informação. Estes sistemas produzem emoções e encontros distintos mediados na virtualidade.

Os historiadores, genealogistas, administradores, cidadãos em busca de documentos probatórios são usuários já conhecidos dos serviços arquivísticos. A utilização da tecnologia WEB para difusão de informações sobre os acervos arquivísticos possibilita uma ampliação nesse espectro de usuários. Os serviços e os arquivistas precisam conhecer esse novo visitante dos arquivos. Menou (1999) afirma que é muito difícil a definição do perfil do usuário da Internet.

*Não fossem as coisas suficientemente complicadas, identificar e rastrear os usuários da Internet é tudo, menos uma tarefa fácil. Muitos estudos optaram por considerar usuários pertencentes a uma configuração institucional particular, por exemplo, faculdades e estudantes de instituições acadêmicas. Outros se vinculam a um serviço particular, por exemplo, visitantes de um certo website ou assinantes de um grupo particular de notícias ou de discussão. Poderíamos tentar observar uma comunidade mais aberta, visando os assinantes de um serviço de acesso à Internet, ou pelo tratamento de uma amostragem de pessoas ou instituições em uma área geográfica ou setor particular. Pode-se mesmo tentar observar os usuários em um país ou região específica em qualquer combinação das abordagens acima. (MENOUE, 1999, p. 9).*

Thomassen (2004) afirma que o usuário - o historiador - até então adotado como modelo pelos arquivistas para a elaboração de instrumentos de pesquisa, modificou sua opinião em relação aos arquivos.

Destaca o historiador pós-modernista, que já “não considera mais os arquivos como uma reflexão direta dos eventos passados” (THOMASSEN, 2004, p. 38, tradução nossa). Prossegue indicando que agora dividem os espaços de pesquisa com outros pesquisadores, inclusive os amadores.

O autor insere a questão da competência informacional do usuário como um aspecto a ser considerado como alternativa para a ampliação de fronteiras entre as categorias de usuários.

*Um usuário somente consegue efetivamente consultar e interpretar os arquivos quando conhece algo e quando pode fazer algo. O que exatamente ele deve saber é em que ele precisa ser capacitado depende do arquivo que quer consultar, a pergunta que formula e o suporte que precisa. (THOMASSEN, 2004, p. 39, tradução nossa).*

A abordagem do autor, sem dúvida, é pertinente, mas está inserida em um contexto de competência informacional excluindo do âmbito dos arquivos: o usuário ocasional; o curioso do ambiente WEB; e o cidadão que apresenta restrições informacionais e que busca, nos arquivos, por exemplo, informações para fins probatórios.

Como em um país ainda com alta incidência de analfabetos podemos vislumbrar um serviço arquivístico que exclua esse usuário? No nosso entendimento os serviços arquivísticos e os arquivistas devem buscar oferecer serviços que atendam tanto ao usuário especializado, familiarizado com instrumentos de busca, sistemas informatizados, mas também deve incluir o cidadão comum que recorre aos serviços, seja para fins de prova ou informacional.

*Alguém que quer efetivamente consultar e interpretar um arquivo deve ser competente em diferentes campos. Deve ter um determinado nível educacional e às vezes em determinado campo relevante. Deve ter conhecimento suficiente sobre o campo de pesquisa em questão para formular perguntas relevantes, avaliar os resultados de sua pesquisa e esboçar conclusões a partir disso. Ele deve saber como recuperar os documentos relevantes do arquivo. (THOMASSEN, 2004, p. 39, tradução nossa).*

Na perspectiva de Thomassen, o arquivista deve prover a autonomia do usuário para que realize sua pesquisa e produza suas interpretações.

Tornar os arquivos mais acessíveis para os usuários significa: preencher o espaço entre as competências gerais que os usuários possuem e as competências específicas eles precisam para consultar o material arquivístico. (THOMASSEN, 2004, p. 40, tradução nossa).

O Conselho Internacional de Arquivos (2005, p. 66), em sua recente publicação, **Electronic Records**: a workbook for archivists, dedica quatro páginas com diretrizes para o atendimento ao usuário de documentos eletrônicos. Inicia estabelecendo quais elementos devem ser considerados para a definição do serviço de atendimento: identificar os diferentes usuários e suas necessidades; definir os serviços de

atendimento ao usuário, relacionando-os às suas necessidades; e definir os custos relacionados aos diferentes serviços de atendimento a ele prestado.

Com base nesses elementos, a instituição custodiadora deve desenvolver uma estratégia de serviço, equilibrando as necessidades dos usuários, com os serviços e os custos. A seguir, identifica os usuários em potencial dos documentos eletrônicos de longa durabilidade:

*administrações municipais ou governamentais em busca de documentos para fins de memória corporativa ou de contabilidade;*  
*promotoria ou advogados que precisem de documentos como prova para seus clientes ou casos;*  
*alunos para fins de pesquisa com base em fontes históricas;*  
*professores que utilizem fontes históricas em suas aulas;*  
*estudantes;*  
*profissionais atuando em projetos culturais – incluindo empregados de instituições de cultura;*  
*jornalistas;*  
*genealogistas e;*  
*pessoas que precisam dos documentos como prova de seus direitos, ou para documentar eventos ligados diretamente a elas. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2005, p. 66, tradução nossa).*

Le Coadic (1997) dedica-se a analisar questões relativas aos usos e usuários da informação. Em seu trabalho não centraliza a problemática arquivística especificamente, mas como entendemos o serviço arquivístico como uma unidade de informação, suas reflexões são pertinentes a esse estudo.

*Um centro de documentação, uma biblioteca, um museu, um host, só funciona se funciona para o usuário. Se os procedimentos, as técnicas, as ferramentas que dão acesso à informação não podem ser utilizadas corretamente por outro que não seja o documentalista, o bibliotecário, o conservador ou o informata, então podemos assumir que a instituição não funciona.*

*Colocar o usuário no centro de todo dispositivo exige que façamos uma idéia clara de quem ele é. (LE COADIC, 1997, p. 59, tradução nossa).*

A temática, gradualmente, vem se colocando como objeto de estudo na área da Arquivologia, seja como iniciativa dos arquivos<sup>8</sup>, instituições arquivísticas e programas acadêmicos.

Em levantamento de número de dissertações de mestrado e de doutorado do Programa de Ciência da Informação, do IBICT, no período de 1997 a 2004, foi possível identificar apenas duas dissertações que

<sup>8</sup>Unidade organizacional com a missão de gestão e difusão de acervos arquivísticos

traziam em seu título o termo usuário. É curioso salientar que as duas traziam a questão inserida no contexto da comunicação eletrônica.<sup>9</sup>

Em 2005, é defendida uma dissertação estabelecendo a relação entre o ambiente WEB e os serviços arquivísticos.<sup>10</sup> Em 2006, é defendida dissertação de mestrado em Ciência da Informação, que analisa especificamente o usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos.

Mas o que está se modificando no cenário da relação entre o usuário, o arquivista e o conteúdo informacional arquivístico, uma vez inserida em um contexto tecnológico?

A resposta para esta questão deve seguir três abordagens. O arquivista não pode mais desenvolver o seu trabalho, supondo estar lidando com um perfil único de usuário para a informação arquivística. Quando os conteúdos informacionais arquivísticos encontram-se disponíveis em ambiente WEB, o perfil do usuário se diversifica. Esta nova perspectiva pressupõe a elaboração de instrumentos de recuperação da informação com uma certa flexibilidade e diversidade de informações.

As instituições arquivísticas ou os setores de arquivo das instituições, usualmente, definiam os modelos de descrição de seus acervos em consonância com o usuário mais freqüente e de acordo com a especificidade dos acervos.

A realidade que se apresenta é diferente. Os instrumentos de pesquisa devem oferecer informações ao usuário, que o habilite a realizar sua pesquisa e estabelecer as conexões necessárias entre as temáticas e o acervo, preferencialmente sem a intervenção direta do arquivista.

A difusão de conteúdos informacionais de acervos arquivísticos na rede possibilita uma diversidade de perfis de usuários e de demandas de informações. Um serviço de arquivo pode atender tanto um historiador que está desenvolvendo um trabalho acadêmico, o produtor cultural que busca a informação arquivística, tal como um produto de mercado ou o cidadão que navega na Internet e se surpreende com uma determinada informação e se permite saciar uma curiosidade.

Os usuários buscam distintas informações para atender múltiplos objetivos de pesquisa. Um serviço de arquivo que anteriormente era considerado especializado em atender a um perfil de pesquisador com objeto de pesquisa centrado em uma área específica do conhecimento, com a utilização da WEB, por parte de um conjunto variado e não identificável de usuários, pode surpreender-se com demandas até então inusitadas.

<sup>9</sup>NATHANSONN, Bruno- *Estudo de usuários on line: barreiras no processo de interatividade*, dissertação submetida e aprovada em 2003; e ALVES, Nadir Ferreira- *Análise do comportamento de usuários do serviço de acesso ao texto completo de documento (SERVIR) do Centro de Informações Nucleares – CIN*, defendida e aprovada em 1998.

<sup>10</sup>SÁ, Ivone Pereira defendeu a dissertação de mestrado, *A faceoculta da interface: Serviços de Informação Arquivística na Web Centrados no Usuário*, apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão da Informação e da Comunicação em Saúde do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

O arquivista ao realizar o tratamento intelectual de acervos deve perguntar-se incessantemente para quem está organizando os acervos, qual a forma mais acessível de difundir os conteúdos desses acervos para o maior número possível de usuários e quais os possíveis usos desses acervos. Cada um desses aspectos refere-se ao contexto histórico em que o arquivista está realizando o seu trabalho. Dez anos mais tarde, possivelmente novas versões para os conteúdos podem ser inscritas, uma vez que o contexto social já se modificou.

Uma vez identificados os possíveis usos das informações sobre os acervos, o arquivista deve ater-se em relação a qual versão poderá produzir sobre os conteúdos informacionais dos arquivos. A versão do arquivista é resultado de um trabalho investigativo acerca do produtor do acervo em que está trabalhando e do contexto social, histórico e cultural em que esse produtor desenvolveu suas atividades, além da análise dos documentos.

Mas como chamar o usuário para o jogo da difusão dos conteúdos informacionais arquivísticos? Podemos enumerar alguns elementos fundamentais:

O primeiro elemento está centrado no reconhecimento do papel do usuário como produtor de conhecimento em uma determinada especialidade, e que, portanto, pode fornecer elementos reveladores para o trabalho do arquivista.

O segundo elemento está relacionado ao estabelecimento e manutenção de um canal permanente de comunicação com o usuário sobre suas demandas. Há ainda que se considerar o quanto o arquivista, ou o serviço de arquivo, ou a instituição arquivística podem contribuir para que o usuário atinja suas metas.

Outro elemento relevante inscreve-se na interação entre o usuário e o arquivista no decorrer do processo de pesquisa. Esta interação pode fornecer dispositivos que produzam uma avaliação do processo de transferência da informação em todo o seu escopo.

O acompanhamento da produção de conhecimento gerada pela consulta aos acervos arquivísticos pode contribuir para os processos de organização, tratamento e difusão dos acervos.

O cenário que buscamos apresentar é constituído de situações ambivalentes entre os que participam do processo de comunicação e uso dos acervos arquivísticos. É um cenário em que velhos hábitos de pesquisa convivem com novas comodidades tecnológicas. O aprendizado acontece no cotidiano dos usuários, no cotidiano dos arquivistas, nas instituições e serviços arquivísticos.

O uso da informação arquivística também sofre modificações. Antes utilizada apenas para o processo de tomada de decisão, para fins probatórios e para fins acadêmicos, a informação arquivística adquire novas funções sociais.

Os arquivistas devem realizar seu trabalho de forma a atender esta realidade multifacetária. Isto, contudo, não quer dizer que os Arquivos não serão mais especializados em uma área e conseqüentemente consultados por uma categoria potencial de usuário. Esta realidade ainda permanecerá.

O que se pretende é uma maior democratização dos conteúdos informacionais arquivísticos e ampliação dos usos das informações arquivísticas. E este processo de democratização passa pelo reconhecimento do usuário como um agente no processo de transferência da informação.

## Referências

- AUBIN, Danielle. La mondialisation et la diffusion des archives: entre continuité et rupture. *Archives*, v. 31, n. 3, p. 7-19, 1999-2000.
- BLAIS, Gabrielle. *Accès aux documents d'archives: état des lieux: une étude RAMP*. Paris: UNESCO, 1995. 54 p.
- BURELL, Mats. Appraisal and information. *Comma*. Conselho Internacional de Arquivos. França: ICA, n. 1, p.55-65, 2004.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTO, Heloísa Liberalli (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado e Cultura, 1996. 142 p.
- CHABIN, Marie-Anne. Exigences numériques et besoins documentaires. *Revue Solaris*. dez.1999-jan.2000. Disponível em: <http://biblio-fr.info.unicaen.fr/bnum/jelec/solaris/d06/6chabin.html>. Acesso em: 8 mar. 2005.
- COMBE, Sonia. *Archives interdites: les peurs françaises face à l'histoire contemporaine*. Paris: Éditions Albin Michel, 1994. 75 p.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *Electronic records: a workbook for archivists*. Paris: ICA, 2005. 80 p. (ICA Study 16).
- COOK, Terry. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. *Archivaria*, n. 51, spring 2001.
- CORNU, Marie; FROMAGEAU, Jérôme (Org.). *Archives et recherche: aspects juridiques et pratiques administratives*. Paris: Harmattan, 2003. 209 p. (Coleção Droit du patrimoine culturel et naturel).
- COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel. La recherche en archivistique: un état de la question. *Archives*, v. 30, n. 3/4, p.11-38, 1998-1999.
- COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne. La formation en archivistique et le profil de l'archiviste contemporain. *Archivum*, v. 45, p. 19-40, 2000.
- CRAIG, Barbara L. Old myths in new clothes: expectations of archives users. *Archivaria*, v. 45, p. 118-126, spring 1998.
- DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações técnicas, n. 51).
- DOLLAR, Charles M. Archivists and records managers in the information age. *Archivaria*, v. 36, p. 37-52, autumn 1993.
- DOLLAR, Charles M. Prática e teoria arquivística e informática: algumas considerações. Tradução de Pedro Condoleo de Queiroz. *Registro: revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, v. 4, n. 4, p. 7-18, jul. 2005.
- DUBY, Georges. *A História continua*. Tradução de Clóvis Marques. Revisão Técnica de Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., Ed. UFRJ, 1993. 162 p.

DUFF, Wendy M.; STOYANOVA, Penka. Transforming the crazy quilt: archival displays from a user's point of view. *Archivaria*, v. 45, p. 44-79, spring 1998.

DUFF, Wendy M.; JOHNSON, Catherine A. A virtual expression of need: an analysis of e-mail reference questions. *The American Archivists*, v. 64, p. 43-60, spring/summer 2001.

FARGE, Arlette. *La atracci3n del archivo*. Valencia: Instituci3n Valenciana d'Estudis i Investigaci3n, 1991. 100 p. (Edicions alfons el magn3nim).

FONSECA, Maria Odila. Informa3n3o e direitos humanos: acesso 3s informa33es arquivisticas. *Ci3ncia da Informa3n3o*, Bras3lia, IBICT, v. 28, n. 2, p. 146-154, maio/ago. 1999.

FONSECA, Maria Odila; JARDIM, Jose Maria. Os arquivos como fontes de informa33es. In: CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T.; MACEDO, V. A. (Org.) *Formas e express3es do conhecimento*: introdu3n3o 3s fontes de informa3n3o. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG 1998.

FONSECA, Maria Odila; JARDIM, Jose Maria. Estudios de usuarios de archivos: en busca de un estado de la cuesti3n. *International Journal on Archives*. Londres, v. 1, n. 1. 2001.

FOX, Michael. *Structure and meaning in tools for resource discovery*. 2003. Dispon3vel em: [www.naa.gov.au/recordkeeping/rkpubs/fora/ICA\\_oct03/resource\\_discovery.pdf](http://www.naa.gov.au/recordkeeping/rkpubs/fora/ICA_oct03/resource_discovery.pdf) Acesso em: 25 mar. 2005.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Os arquivos, os arquivistas e a arquivistica. In: ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivistica*. Lisboa: Publica33es Dom Quixote, 1998. p. 29-60.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Les questions de recherche comme mat3riau d'3tudes d3s usagers. *Archivaria*, v. 46, p. 86-102, fall 1998.

GROGAN, Denis Joseph. *A pr3tica do servi3o de refer3ncia*. Tradu3n3o de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Bras3lia: Briquet de Lemos Livros, 2001. 196 p.

JARDIM, Jos3 Maria. *O acesso 3 informa3n3o arquivistica no Brasil*: problemas de acessibilidade e dissemina3n3o: caderno de textos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Nacional de Arquivos, em 1999.

JARDIM, Jos3 Maria. O inferno das boas inten33es: legisla3n3o e pol3ticas arquivisticas. In: MATTAR, Eliana (Org.). *Acesso 3 informa3n3o e pol3tica de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. 136 p.

JARDIM, Jos3 Maria. A produ3n3o de conhecimento arquivistico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro. In: JARDIM, Jos3 Maria; FONSECA, Maria Odila. (Org.). *A forma3n3o do arquivista no Brasil*. Niter3i, RJ: EdUFF, 1999. 202 p.

KURTZ, Clara Marli Scherer. *O usu3rio do Arquivo Nacional e o seu relacionamento com os servi3os oferecidos para a satisfa3n3o de suas necessidades de informa3n3o*. 1990. Disserta3n3o (Mestrado em Ci3ncia da Informa3n3o)- Instituto Brasileiro de Informa3n3o em Ci3ncia e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LAMBERT, James. L'archivistique au service d3s chercheurs: le respect d3s fonds et l'acc3s 3 l'information dasn l3s services d'archives. *Archivaria*, v. 45, p. 112-117, spring 1998.

LANCASTER, F.W. *Avalia3n3o de servi3os de bibliotecas*. Tradu3n3o de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Bras3lia: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 356 p.

LE COADIC, Yves-Fran3ois. *Usages et usagers de l'information*. Paris: ADBS, 1997.

MARIZ, Ana Carla Almeida. *Arquivos p3blicos brasileiros: a transfer3ncia da informa3n3o na Internet*. Orientadores: Maria N3lida Gonz3lez de G3mez e Jos3 Maria Jardim. Tese (Doutorado em Ci3ncia da Informa3n3o)- Instituto Brasileiro de Informa3n3o em Ci3ncia e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

MARTIN, Kristin E. Analysis of remote reference correspondence at a large academic manuscripts collection. *The American Archivist*, v. 64, p. 17-42, spring/summer 2001.

MC LAUGHLIN, Derina. *Because that's the sort of thing that users do: a paper on rules for successful on line access systems*. 2003. Dispon3vel em: [www.naa.gov.au/recordkeeping/rkpubs/fora/ICA\\_oct03/what\\_users\\_do.pdf](http://www.naa.gov.au/recordkeeping/rkpubs/fora/ICA_oct03/what_users_do.pdf). Acesso em: 25 mar. 2005.

MENOU, Michel J. Impacto da Internet: algumas quest3es conceituais e metodol3gicas, ou como aceitar um alvo em movimento atr3s da cortina de fuma3a. *DataGramZero: Revista de Ci3ncia da Informa3n3o*. Bras3lia: IBICT, n. zero, dez. 1999.

MUNN, Edwidge; RIOUX, Denise. La r3f3rence: une fonction archivistique 3 part enti3re. *Archivaria*, v. 45, p. 104-111, spring 1998.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *O usu3rio como agente no processo de transfer3ncia dos cont3udos informacionais arquivisticos*. Orientador: Jos3 Maria Jardim. Disserta3n3o (Mestrado em Ci3ncia da Informa3n3o)- Instituto Brasileiro de Informa3n3o em Ci3ncia e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense, 2006. 146 p.

PROM, Christopher J. User interections with electronic finding aids in a controlled setting. *The American Archivist*, v. 67, n. 2, p. 234-268, fall/winter 2004.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivistica*. Lisboa: Publica33es Dom Quixote, 1998. 356 p.

S3, Ivone Pereira de. *A face oculta da interface: servi3os de informa3n3o arquivistica na Web centrados no usu3rio*. Disserta3n3o (Mestrado profissionalizante em Gest3o da Informa3n3o e da Comunica3n3o em Sa3de)- Programa de P3s-Gradua3n3o em Sa3de P3blica da Escola Nacional de Sa3de P3blica S3rgio Arouca (ENSP) da Funda3n3o Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2005.

S3NCHEZARCE, Maria Vanessa; SAOR3N P3REZ, Tom3s. Las comunidades virtuales y los portales como escenarios de gesti3n documental y difusi3n de informaci3n. *Anales de Documentaci3n*, n. 4, p. 215-227, 2001. Dispon3vel em: <http://eprints.rclis.org/archive/00002785>. Acesso em: 12 out. 2005.

THOMASSEN, Theo. A first introduction to archival science. *Archival Science*, v. 1, p. 373-385, 2002.

THOMASSEN, Theo. A first introduction to archival science. *Revista Arquivo e Administra3n3o*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan/jun. 2006.

THOMASSEN, Theo. Making archives accessible: increasing pluriformity in pursuing illusions.

*Arkistoyndistyksen Julkaisuja*, Helsing, n. 9, p. 31-68, 2004.

TIBBO, Helen R. Primarily history in America: how U.S. historians search for primary materials at the dawn of the digital age. *The American Archivist*, v. 66, p.9-50, spring/summer 2003.

TIBBO, Helen, R.; MEHO, Lokman I. Finding finding aids on the World Wide Web. *The American Archivist*, v. 64, p. 61-77, spring/summer 2001.

YAKEL, Elizabeth; TORRES, Deborah A. AI: Archival intelligence and user expertise. *The American Archivist*, v. 66, p. 51-78, spring/summer 2003.



**EDITORA TEATRAL LTDA**

Rua Bambina, nº 16 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

Tel.: (21) 2539-2661 - Fax: (21) 2537-3865

E-mail: [editorateatral@uol.com.br](mailto:editorateatral@uol.com.br)

Site: [www.editorateatral.com.br](http://www.editorateatral.com.br)

